

## Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM

### RESUMO DE HABILITADOS

O Cel PM QOR André Luis Dias Machado, Diretor de Saúde do IPSM, (delegação conforme disposto no art. 36º, do Decreto Estadual nº 48.064, de 16/10/2020 e Portaria 941/2021- DG/IPSM de 04/02/2021), cumprindo o disposto no subitem 11.4 do Edital de Credenciamento nº 06/2023, divulga os interessados HABILITADOS em credenciar-se no Sistema de Saúde da PMM-CBMMG-IPSM no âmbito da região da Polícia Militar/MG. Data: 19/08/2024

Município	Interessado	Categoria
Igarapé	Clinica de Terapia Integrada e Educação - Integrar Ltda	Clinica Médica e Serviço de apoio e Diagnóstico

#### 4º RPM – Juiz de Fora

Município	Interessado	Categoria
Leopoldina	Whe Laboratório de Análises Clínicas Ltda EPP	Laboratório Clínico

#### 15º RPM – Teófilo Otoni

Município	Interessado	Categoria
Teófilo Otoni	W. R. S Odonto Talents Ltda	Clinica Odontológica
	Icds - Instituto De Cooperação Para o Desenvolvimento da Saúde(Filial)	Hospital

#### 17º RPM – Pouso Alegre

Município	Interessado	Categoria
Itajubá	Centro de Tomografia Computadorizada do Sul de Minas Ltda EPP	Diagnóstico Por Imagem

12 cm -19 1980091 - 1

## Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

### ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

#### DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

EDITAL Nº 01/2024 DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO, INTEGRANTE DA SÉRIE INICIAL DA CARREIRA, DO QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. A Presidente da Comissão do Concurso, devidamente autorizada pela Chefe da Polícia Civil, com fulcro na autorização governamental constante no Of. Cofin n.º 0029/2024 torna público, pelo presente Edital, que estarão abertas, no período de 21 (vinte e um) de outubro de 2024 a 19 (dezenove) de novembro de 2024, as inscrições para o Concurso Público visando o provimento de 54 (cinquenta e quatro) vagas para o cargo de Delegado de Polícia Substituto, a que se refere o art. 76 e Anexo I, I.1, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013 – Lei Orgânica da Polícia Civil, para o exercício das funções nas Unidades Policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

#### 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será regido por este Edital, por seus Anexos, eventuais retificações e pelos diplomas legais e regulamentares. E sua execução caberá à FGV – Fundação Getúlio Vargas e ACADEPOL – Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

1.2 O candidato, ao efetuar sua inscrição neste Concurso Público, autoriza que a ACADEPOL e a FGV disponham de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e suas alterações.

1.2.1 No momento da inscrição, o candidato deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste Edital, bem como declarar que aceita que os seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, incluindo-se publicação em jornais, divulgação de material através de e-mail e redes sociais, imagens expostas em redes sociais públicas, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do Concurso Público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seu nome, data de nascimento, número de inscrição e notas, em observância aos princípios de publicidade e transparência que regem a Administração Pública e nos termos do Decreto 48.237, de 22 de julho de 2021 (dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo).

1.3 A participação do candidato implicará a aceitação das normas e condições para este Concurso Público, constantes do presente Edital, dos comunicados, retificações e alterações a ele referentes.

1.4 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, no jornal Diário Oficial de Minas Gerais e nos endereços eletrônicos da ACADEPOL [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e da FGV <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> a publicação e divulgação dos atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público. Os atos, editais e comunicados inerentes a este Concurso Público serão, também, disponibilizados no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL, localizada na Rua Oscar Negrão de Lima, 200, bairro Nova Gameleira - Belo Horizonte.

1.4.1 A ACADEPOL e a FGV prestarão informações e esclarecimentos ao candidato através dos seguintes meios:

FGV - Telefones: 0800 2834628, dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h.

E-mail: [concursopegm24@fgv.br](mailto:concursopegm24@fgv.br)

ACADEPOL - Telefones: (31)3314-5656/3314-5625, dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h. Local: Rua Oscar Negrão de Lima, 200 – 3º andar, bairro Nova Gameleira - BH/MG. Horário de funcionamento: dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h. Endereço Eletrônico ACADEPOL: [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br)

1.4.2 Para as etapas previstas neste edital que envolvem o envio de documentos digitalizados, estes deverão estar legíveis, sob pena de serem considerados inválidos para fins de análise.

1.4.3 Somente serão aceitos para upload, documentos nas extensões “.JPG”, “.PNG” ou “.PDF”, no tamanho máximo de 5MB, por documento, enviados por meio de link disponibilizado no endereço eletrônico da FGV <<https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>> ou da ACADEPOL <[www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br)>.

1.4.4 Não serão aceitos documentos encaminhados via postal, correio eletrônico ou por requerimento administrativo.

1.4.5 Os documentos que não forem relativos à etapa indicada serão considerados para fins de análise.

1.5 Requisitos de Investidura: O candidato aprovado neste Concurso Público será investido no cargo de Delegado de Polícia Substituto se atendidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

- Ter sido aprovado, classificado, em ordem decrescente de pontuação, e nomeado na forma estabelecida neste Edital.
  - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse.
  - Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º, da Constituição Federal.
  - Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também, com as militares.
  - Estar em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.
  - Possuir o título de bacharel em Direito, curso estabelecido como pré-requisito, a ser comprovado mediante a entrega de cópia e original do diploma ou certidão expedida por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na data da posse.
  - Possuir 3 (três) anos de atividade jurídica ou policial, conforme Instruções Normativas nºs 26/2024 e 27/2024, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
- Considera-se atividade policial aquela exercida por policial federal, policial rodoviário federal, policial ferroviário federal, policial civil, ocupantes de carreira da polícia criminal oficial, polícia militar, integrantes dos corpos de bombeiros militares, policial penal federal, estadual ou distrital, e policial legislativo.
  - Considera-se atividade jurídica, para efeitos de ingresso no cargo de Delegado de Polícia da PCMG, aquela desempenhada, exclusivamente, após a obtenção do grau de bacharel em Direito, nas seguintes hipóteses:
    - o efetivo exercício da advocacia, inclusive voluntária, mediante a participação anual mínima em 5 (cinco) atos privativos de advogado, conforme previsão do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, em causas ou questões distintas;
    - o exercício de cargo, emprego ou função que exija a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos;
    - o exercício de magistrado superior que exija a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos;
    - o exercício de cargo ou função de conciliador em tribunais judiciais, juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais ou de varas judiciais, pelo período mínimo de 16 (dezesesseis) horas mensais e durante 1 (um) ano, ininterruptamente ou não;
    - o exercício da atividade de mediação ou de arbitragem na composição de litígios, pelo período mínimo de 16 (dezesesseis) horas mensais e durante 1 (um) ano, ininterruptamente ou não;
    - o exercício, por Bacharel em Direito, de serviço voluntário em órgãos públicos que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos, pelo período mínimo de 16 (dezesesseis) horas mensais e durante 1 (um) ano, ininterruptamente ou não;
    - os cursos de pós-graduação em Direito reconhecidos, autorizados ou supervisionados pelo Ministério da Educação ou pelo órgão competente, desde que integralmente concluídos com aprovação.

1.5.1 O candidato aprovado no certame que, na data da posse, não comprovar os requisitos exigidos neste Edital perderá o direito à investidura no cargo.

1.5.2 Os candidatos deverão observar o disposto nas Instruções Normativas nºs 26 e 27/2024, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, inclusive os meios de comprovação de atividade jurídica ou policial.

1.6 Descrição sumária das atividades: ao Delegado de Polícia, na qualidade de autoridade policial, incumbe, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 144, § 4º, arts. 136 e 139 da Constituição do Estado de Minas Gerais, art. 79, § 1º e Anexo II da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, e nas demais legislações vigentes, funções como:

- presidir a investigação criminal de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, com isenção e imparcialidade;
- decidir sobre o indiciamento, desde que seja realizado por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias;
- requerir a realização de exames periciais, informações, cadastros, documentos e dados, bem como colher provas e praticar os demais atos necessários à adequada apuração de infração penal e do ato infracional, observados os limites legais;
- decidir sobre a lavratura do auto de prisão em flagrante;
- representar à autoridade judiciária para a decretação de medidas cautelares reais e pessoais, como prisão preventiva e temporária, busca e apreensão, quebra de sigilo, interceptação de telecomunicações, em sistemas de informática e telemática, e outras medidas inerentes à investigação criminal e ao exercício da polícia judiciária, destinadas a colher e a resguardar provas de infrações penais;
- presidir inquéritos policiais, a lavratura de autos de prisão em flagrante delicto, de termos circunstanciados de ocorrência, de interrogatórios, de oitivas e demais atos e procedimentos de natureza investigativa, penal ou administrativa;
- expedir ordens de serviço, intimações e mandados de condução coercitiva de pessoas, na hipótese de não comparecimento sem justificativa, nos termos da legislação;
- formalizar o ato de indiciamento, fundamentando a partir dos elementos de fato e de direito existentes nos autos;
- realizar ou determinar a busca pessoal e veicular no caso de fundada suspeita de prática criminosa ou de cumprimento de mandado judicial;
- promover ações para a garantia da autonomia ética, técnica, científica e funcional de seus subordinados, no que se refere ao conteúdo dos serviços investigatórios, bem como a garantia da coesão da equipe policial e, quando necessário, a requisição formal de esclarecimentos sobre contradição, omissão ou obscuridade em laudos, relatórios de serviço e outros;
- promover o bem-estar geral, a garantia das liberdades públicas, o aprimoramento dos métodos e procedimentos policiais, a polícia comunitária e a mediação de conflitos;
- manter atualizadas, nos sistemas utilizados pela PCMG, as informações pertinentes à unidade policial sob sua responsabilidade;
- avocar, quando necessário e por ato motivado, inquéritos policiais e demais procedimentos presididos por Delegado de Polícia de hierarquia inferior, admitido recurso no prazo de dez dias para a autoridade superior;
- realizar a articulação técnico-científica entre as provas testemunhais, documentais e periciais, para maior eficiência, eficácia e efetividade do ato investigativo, visando subsidiar eventual processo criminal;
- exercer o registro de controle policial, especialmente no que tange a estabelecimentos de hospedagem, diversões públicas e comercialização de produtos controlados e receber o aviso relativo à realização de reuniões e eventos sociais e políticos em ambientes públicos, nos termos do inciso XVI do art. 5º da Constituição da República;
- dirigir os serviços de trânsito e a identificação civil e criminal no âmbito do Estado;
- determinar o cumprimento de mandados de prisão e o cumprimento de alvarás de soltura expedidos pelo Poder Judiciário;
- requerir a condução de preso de unidades do sistema prisional para Delegacia de Polícia Civil para a prática de atos relativos à investigação criminal e ao exercício da polícia judiciária.

1.6.1 O cargo de Delegado de Polícia é de natureza estritamente policial, tendo como regime de trabalho o estabelecido nos incisos I, II e III e §§ 2º e 3º do art. 58 da Lei Complementar nº 129/2013, que se caracteriza:

a) pela prestação de serviço em condições adversas de segurança, cumprimento de jornadas normais e excepcionais, sujeito a plantões noturnos e a convocação a qualquer hora e dia, inclusive durante o repouso semanal e férias, garantidas, em caso de se exceder a carga horária prevista em lei, as compensações devidas;

b) pelo dever de imediata atuação, sempre que presenciar a prática de infração penal, independentemente da carga horária semanal de trabalho, do repouso semanal e férias, respeitadas as normas técnicas de segurança;

c) pela realização de diligências policiais em qualquer região do Estado ou fora dele.

1.7 Regime jurídico: estatutário, em conformidade com as normas contidas na Lei n.º 869, de 5 de julho de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais e alterações posteriores, com regime policial, a obediência à disciplina e à hierarquia, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 129/2013.

1.8 Regime de Previdência: regime de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, com alterações posteriores e legislação federal e estadual pertinentes.

1.9 Jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

1.10 Vencimento: o vencimento inicial para o cargo de Delegado de Polícia Substituto, Grau A, corresponde a R\$ 14.931,31 (quatorze mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e um centavos), conforme Lei nº 24.838, de 27 de junho de 2024.

1.11 Vagas: o presente concurso destina-se ao provimento de 54 (cinquenta e quatro) vagas para Delegado de Polícia Substituto, inicial da série da carreira, para o exercício das funções nas Unidades Policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

1.11.1 Nos termos do disposto no inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Lei Estadual nº 11.867, de 28 de julho de 1995, e nos Decretos Federais n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e alterações, e Decreto Estadual 42.257, de 15 de janeiro de 2002, fica reservado o percentual de 10% (dez por cento), ou seja, 05 (cinco) do total de vagas oferecidas a candidato deficiente aprovado, observada a constatação da deficiência pelo Exame de Verificação da Deficiência, ou seja, pericia médica conforme estabelecido neste edital.

1.11.2 Ressalvadas as condições especiais contidas no Decreto Federal nº 3.298/99, os candidatos deficientes participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, ao dia, ao local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do concurso.

1.11.3 Em caso de surgimento de vagas durante o prazo de validade do concurso, poderá ser convocado o candidato aprovado, em todas as etapas, obedecida a ordem de classificação, surtando-se o percentual de 10% (dez por cento), do total de vagas, destinado à pessoa com deficiência.

1.11.4 Os candidatos com deficiência confirmada e aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

1.11.5 Inexistindo candidato com deficiência aprovado, ou se o número de aprovados, nessa circunstância, for inferior ao número de vagas a eles reservadas, essas vagas poderão ser preenchidas por candidato sem deficiência, observada a ordem de classificação.

1.11.6 Quando da divulgação dos resultados parciais e final, será obedecida a classificação geral por pontuação em ordem decrescente e, também, a relação classificatória do candidato com deficiência.

1.11.6.1 A ordem de convocação para nomeação e posse dos candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a primeira vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a segunda vaga será a 15ª vaga, a terceira vaga será a 25ª vaga e assim sucessivamente.

1.12 O candidato aprovado, nomeado e empossado no cargo de Delegado de Polícia Substituto será matriculado no Curso de Formação Técnico-Profissional promovido pela ACADEPOL, nos termos do § 2º do art. 86 da Lei Complementar nº 129/2013.

1.12.1 Durante a realização do Curso de Formação Técnico-Profissional o servidor estará à disposição da ACADEPOL e sujeito à dedicação exclusiva no período de execução das atividades acadêmicas.

1.12.2 No período do Curso de Formação Técnico-Profissional, o servidor fará jus apenas à percepção do valor correspondente à remuneração atribuída ao primeiro grau do nível inicial da carreira de Delegado de Polícia Substituto.

1.12.3 Findo o Curso de Formação Técnico-Profissional, o servidor será designado para atuar em Unidades Policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

1.12.3.1 As vagas autorizadas no certame visam o provimento das comarcas/cidades do Estado, conforme necessidade, oportunidade e conveniência da administração.

1.13 A designação do servidor da Carreira de Delegado de Polícia Substituto será realizada obedecendo-se rigorosamente a ordem classificatória constante no Curso de Formação Técnico-Profissional.

1.14 Escolaridade mínima exigida: graduação em Direito, de acordo com o art. 140, § 3º da Constituição Estadual e art. 85 da Lei Complementar nº 129/13, a ser comprovada mediante a entrega de cópia e original de diploma ou de certidão expedida por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na data da posse.

#### 2 DAS INSCRIÇÕES

##### 2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1.1 Período de inscrição: a partir das 16h (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de outubro de 2024 até as 16h (horário de Brasília) do dia 19 (dezenove) de novembro de 2024, obedecidas as normas constantes neste edital bem como rigorosamente o horário bancário para a quitação do valor da inscrição emitida.

2.1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento, a submissão e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos ou erratas, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a integrar o instrumento convocatório como se neles estivessem transcritos, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.1.2.1 Antes de efetuar o procedimento de inscrição, objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e nos seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2.1.3 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição e isenção. As declarações falsas ou inexatas dos dados constantes no “Requerimento Eletrônico de Inscrição e Isenção”, que comprometerem a lisura do certame, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, civis e administrativas, sendo garantido ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório.

2.1.4 As inscrições deverão ser efetivadas exclusivamente por meio da internet no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

2.1.5 O candidato que tiver dificuldade de acesso à internet poderá efetivar a sua inscrição na sede da ACADEPOL, na Rua Oscar Negrão de Lima, nº 200, bairro Nova Gameleira, em Belo Horizonte, e, no interior, nas sedes das Delegacias de Polícia Civil de Minas Gerais, onde encontrar equipamento de informática destinado a este fim, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, exceto nos dias de sábado, domingo e feriado.

2.1.5.1 A liberalidade especificada no item anterior não exige o candidato da responsabilidade pelos dados cadastrais informados no “Requerimento Eletrônico de Inscrição e Isenção” nem do pagamento do valor da inscrição.

2.1.6 Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por outro meio que não os estabelecidos neste Edital e anexos.

2.1.7 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional e extemporânea. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, inscrições condicionadas a outros atos, bem como apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

2.1.8 Para inscrever-se o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) ler atentamente o Edital e seus Anexos, disponíveis nos endereços eletrônicos [acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>;

b) preencher o “Requerimento Eletrônico de Inscrição” que conterá declaração de que se submete a todas as prescrições do presente Edital, especificando, no espaço próprio, o cargo para o qual concorre e seguindo todas as orientações especificadas na tela;

c) confirmar os dados cadastrados, transmitindo-os pela internet;

d) após digitar e enviar os dados, o candidato poderá emitir o “Documento de Arrecadação Estadual – DAE” que contém um código de barras específico para efetuar o pagamento do valor da inscrição. O DAE será emitido em nome do requerente e deverá ser pago até o dia de vencimento nele constante;

e) efetuar o pagamento do valor da inscrição, respeitando o disposto neste Edital, até o dia 21 (vinte e um) de novembro de 2024. A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por eventuais feriados na data limite do prazo de encerramento, que possam dificultar a quitação do valor de inscrição, impedindo sua concretização. Neste caso, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º dia útil que antecede o feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra.

2.1.9 O candidato deverá ter, obrigatoriamente, CPF e cédula de identidade, com número de registro geral, emitida por órgão do Estado de origem, sem o que a inscrição não poderá ser efetivada.

2.1.10 Por razões técnicas, a impressão do DAE referente ao valor da inscrição será de inteira responsabilidade do candidato.

2.1.10.1 A geração do DAE somente estará disponível durante o período de inscrição.

2.1.10.2 A eventual emissão da 2ª Via do DAE será possível até as 16 horas (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de novembro de 2024, e somente será possível se o candidato tiver concluído a inscrição nos termos do item 2.1.8.

2.1.11 O valor de inscrição no concurso é R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), que será recolhido, em guia própria (DAE), conforme já especificado.

2.1.12 O valor da inscrição deverá ser recolhido em uma das seguintes agências bancárias, conveniadas com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Mercantil, SICOOB e Bradesco ou em um dos correspondentes Bancários MAIS BB ou Casas Lotéricas.

2.1.13 A inscrição somente se efetivará após o recolhimento do valor de inscrição. A insubsistência do pagamento, por qualquer motivo, acarretará o cancelamento da inscrição.

2.1.13.1 O pagamento do valor da inscrição em documento diferente do especificado neste Edital, por ser considerado inválido, implica o cancelamento da inscrição e não gera o direito de o candidato submeter-se às provas do concurso.

2.1.13.2 A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à ACADEPOL e à FGV, pela instituição bancária, do pagamento do valor da inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o “Requerimento Eletrônico de Inscrição” em que o pagamento não for comprovado, feito a menor ou efetuado após a data estabelecida.

2.1.13.3 Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento da inscrição nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas através dos pedidos de isenção do pagamento do valor da inscrição.

2.1.14 A listagem dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas será divulgada nos endereços eletrônicos <[acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br)> e <<https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>>.

2.1.14.1 Nos casos em que o candidato tiver a inscrição indeferida, especialmente em caso de inconsistência no pagamento do valor da inscrição, deverá se manifestar formalmente por meio de recurso administrativo previsto neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.1.15 Da devolução do valor de inscrição: a importância relativa ao valor da inscrição poderá ser devolvida nas hipóteses de:

a) Pagamento extemporâneo.

b) Pagamento em duplicidade pelo candidato.

c) Pagamento com valor em desconformidade com o do valor da inscrição.

d) Cancelamento ou suspensão do concurso, previstos na Lei Estadual nº 13.801, de 26 de dezembro de 2000.

e) Adiantamento ou alteração da data prevista para a prova.

2.1.15.1 O resultado da análise das solicitações de devolução será feito por meio de publicação nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br).

2.1.15.2 O valor somente será devolvido se solicitado conforme disposto neste Edital e após análise do Requerimento e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Comissão de Concurso.

2.1.15.2.1 Uma vez deferida a devolução, o candidato receberá, conforme previsto pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, declaração da Comissão de Concurso constando o motivo do pagamento do valor da inscrição que não se efetivou, o que motivara sua devolução.

2.1.15.2.2 Indeferida a devolução cabe ao candidato o direito ao contraditório, exercido por recurso a ser encaminhado à Comissão de Concurso, no prazo e nos termos previstos neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.1.15.3 Nos casos de suspensão deste Concurso Público em que já tenha sido realizada a prova na data prevista, o candidato não terá direito à devolução do valor da inscrição, garantido o contraditório.

2.1.15.4 Nos casos de cancelamento do Concurso Público, mesmo que já tenha sido realizada a prova, o candidato terá direito à devolução do valor da inscrição.

2.1.15.5 O candidato deverá requerer a devolução do valor da inscrição por meio do preenchimento do Requerimento para Devolução da Inscrição que será disponibilizado no endereço eletrônico <<https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>>, nos prazos abaixo:

a) em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento do período de inscrições, para os pedidos de devolução nos termos do item 2.1.15, alíneas “a”, “b” e “c”;

b) em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Ato de cancelamento, suspensão do Concurso Público ou divulgação da data da prova, para os pedidos de devolução nos termos do item 2.1.15, alíneas “d” e “e”;

2.1.15.6 No Requerimento para devolução do valor da inscrição, o candidato deverá informar os seguintes dados, sob pena de indeferimento, além de anexar cópia de seu documento de identidade e comprovante do pagamento de inscrição:

a) motivação para solicitação da devolução, conforme previsto neste edital;

b) nome completo, número da identidade, do CPF e da inscrição do candidato;

c) nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta;

d) números de telefones, com código de área, para eventual contato;

e) endereço completo, inclusive CEP.

2.1.15.7 Para validade da solicitação, o candidato deverá observar e cumprir os prazos previstos neste Edital.

2.1.15.8 É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor da inscrição, não podendo atribuir à ACADEPOL ou à FGV a responsabilidade pela impossibilidade de devolução, caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

2.1.15.9 O depósito bancário não poderá ser realizado em conta salário ou conta poupança.

2.1.15.10 Nos casos previstos no item 2.1.15, alíneas “d” e “e”, o valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP/M ou por outro índice que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva devolução.





2.1.15.11 O candidato que não requerer a devolução do valor da taxa de inscrição nos termos estabelecidos neste Edital não poderá requerê-la posteriormente.

2.1.16 A CADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por solicitação de inscrições não recebidas por falhas de ordem técnica dos computadores dos interessados, de falhas ou interrupção de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento do valor da inscrição, bem como outros fatores alheios à sua responsabilidade que impossibilitem a transferência de dados.

2.1.17 No processamento das inscrições, caso seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pelo sistema de inscrições on-line da FGV pela data e hora de envio do requerimento via Internet. Conseqüentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

2.2 DA ISENÇÃO DO VALOR DA INSCRIÇÃO: para solicitação de isenção de pagamento do valor da inscrição, o candidato deverá observar rigorosamente as formalidades e condições previstas neste Edital.

2.2.1 O candidato comprovadamente desempregado ou na condição de hipossuficiência econômico-financeira, quando julgue que não dispõe de recursos para o pagamento da inscrição, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, o candidato que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, nos termos do Decreto Federal nº 6135, de 26 de junho de 2007, ou o candidato que seja doador de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 24.261, de 26 de dezembro de 2022, poderá requerer a isenção do pagamento do valor da inscrição exclusivamente das 16h (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de outubro de 2024 até as 16h (horário de Brasília) do dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2024.

2.2.2 O candidato para requerer a isenção do valor da inscrição deverá acessar o endereço eletrônico <<https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>>, no período estabelecido no item anterior, e clicar em "Inscrição", confirmar e transmitir os dados cadastrados.

2.2.2.1 No "Requerimento de Isenção", o candidato firmará declaração de que é desempregado, que não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, exceto a proveniente de seguro-desemprego, ou que se encontra em condição de hipossuficiência econômica financeira e que sua situação econômico-financeira não permite pagar o valor da inscrição deste Concurso Público, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

2.2.3 Além dos seus dados, o candidato, para solicitar a isenção na condição de hipossuficiência econômico-financeira, deverá informar seu Número de Identificação Social (NIS) válido atribuído pelo órgão gestor do CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme Decreto Federal nº 6.135, de 26 de Junho de 2007, e suas alterações, após preenchimento, confirmar os dados e clicar em "Solicitar Isenção".

2.2.3.1 A veracidade das informações prestadas pelo candidato será consultada junto ao órgão gestor do CadÚnico, vinculado ao Ministério da Cidadania, e/ou junto a outros órgãos e entidades públicas, para confirmação da declaração.

2.2.3.2 No caso previsto no item 2.2.3, não é necessário que os candidatos enviem o "Requerimento de Isenção" assinado com o Número do NIS, basta cumprirem o estabelecido no seu preenchimento.

2.2.3.3 O candidato que se julgar enquadrar em outras situações e padrões de hipossuficiência econômico-financeira poderá pleitear a isenção, cabendo exclusivamente a este comprovante a condição, devendo enviar:

a) O "Requerimento de Isenção" assinado, em que o candidato declarará que não dispõe de recursos para o pagamento do valor da inscrição, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família;

b) Cópia da Carteira de Trabalho;

c) Cópia dos 3 (três) últimos contracheques/comprovantes de pagamento.

d) Cópia da Carteira de Identidade e CPF;

e) Outros documentos que porventura julgue necessários.

2.2.4 A condição de desempregado, de acordo com a Lei Estadual nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, será caracterizada pelas seguintes situações:

a) não possuir vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

b) não possuir vínculo estatutário vigente com o Poder Público, nos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal;

c) não possuir contrato de prestação de serviços vigente com o Poder Público, nos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal;

d) não exercer atualmente nenhuma atividade legalmente reconhecida como autônoma.

2.2.4.1 O candidato que se enquadrar na condição de desempregado, após informar e confirmar todos os dados exigidos no "Requerimento Eletrônico de Isenção", deverá clicar em "Solicitar Isenção", imprimir o "Requerimento de Isenção", assiná-lo e enviá-lo à FGV, juntamente com os documentos comprobatórios correspondentes às situações elencadas no item anterior, observado o item 2.2.8.

2.2.4.2 Para comprovar as situações previstas no item 2.2.4, o candidato deverá enviar as declarações correspondentes às respectivas situações, conforme modelos disponibilizados eletronicamente, preenchidas, datadas e devidamente assinadas pelo candidato e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, de acordo com este edital.

2.2.4.2.1 A cópia da CTPS deverá ter, no mínimo, as páginas com a foto, a qualificação civil, a página do último contrato de trabalho; a primeira página em branco subsequente ao último contrato de trabalho com o registro de saída, e outras páginas contendo anotações pertinentes (se houver).

2.2.4.2.2 Caso o vínculo de trabalho do candidato tenha sido registrado em páginas de Anotações Gerais da CTPS, além da cópia desta página e da posterior, seja qual for a informação, o candidato deverá apresentar cópia da página em que foi registrado o último Contrato de Trabalho ou outras informações pertinentes.

2.2.4.3 Se na CTPS constar anotação de CTPS anteriores e/ou de recadastramento, o candidato deverá apresentar também cópias destas CTPS anteriores, relativas às páginas que contenham fotografia, qualificação civil, último contrato de trabalho com a devida escrituração da data de saída do último emprego e página subsequente.

2.2.5 Para requerer a isenção na condição de que nunca trabalhou, o candidato deverá enviar cópia das páginas da CTPS que contenham fotografia, qualificação civil, contrato de trabalho em branco e Anotações Gerais em branco, e ainda enviar as declarações correspondentes, conforme modelos disponibilizados eletronicamente, preenchidas, datadas e devidamente assinadas pelo candidato, de acordo com este edital.

2.2.6 O candidato deverá apresentar o "Requerimento de Isenção", com exceção do previsto no item 2.2.3 e 2.2.7, devidamente assinado, juntamente com os documentos comprobatórios e das declarações, de acordo com a situação econômico-financeira em que o candidato se enquadrar, conforme modelos disponibilizados eletronicamente e observado o item 2.2.8, deste edital.

2.2.7 Para comprovar ser doador regular de sangue, o candidato deverá anexar documento comprobatório de sua condição de doador expedido pela entidade coelora no qual constem as datas das doações.

2.2.7.1 Considera-se doador regular de sangue aquele que tenha doado sangue em órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, no mínimo duas vezes ao ano, por pelo menos dois anos.

2.2.8 O candidato deverá acessar o endereço eletrônico da FGV <<https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>>, no período estabelecido no item 2.2.1, o link correspondente à solicitação da isenção para envio de toda documentação digitalizada, para análise.

2.2.9 Para validade da solicitação de isenção, o candidato deverá observar e cumprir os prazos previstos neste Edital.

2.2.10 Não serão analisados os documentos encaminhados em desconformidade com o previsto neste Edital.

2.2.11 O candidato poderá, a critério da CADEPOL e da FGV, ser convocado para apresentar documentação original, bem como outros documentos complementares.

2.2.12 As solicitações de isenção serão analisadas pela FGV, salvo a condição prevista quando da informação do Número de Identificação Social (NIS), cuja consulta será realizada junto ao órgão gestor do CadÚnico, o qual deliberará sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação de isenção.

2.2.13 Não será concedida isenção do pagamento da inscrição do candidato que:

a) deixar de efetuar o requerimento do pedido de isenção pela internet dentro do prazo fixado, ou fazê-lo por meio distinto deste Edital;

b) não observar os prazos para o envio do "Requerimento de Isenção", da documentação comprobatória e das declarações previstas neste Edital;

c) não assinar e/ou não enviar, conforme disposto no item 2.2.6, o "Requerimento de Isenção";

d) não enviar a documentação comprobatória e declarações, ou enviar em desacordo às normas estabelecidas neste Edital;

e) não enviar as declarações exigidas neste Edital, ou não informar corretamente o Número de Identificação Social (NIS), ou informá-lo na situação de inválido, não cadastrado, excluído, de outra pessoa ou desatualizado;

f) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

g) fraudar ou falsificar documentos.

2.2.14 Poderão ser realizadas diligências para comprovação da situação declarada pelo candidato. Constatada a irregularidade no deferimento da isenção, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2.2.15 O resultado da análise dos requerimentos de isenção será divulgado na data provável de 04 (quatro) de novembro de 2024, nos endereços eletrônicos [acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da CADEPOL.

2.2.16 Da decisão do indeferimento dos pedidos de isenção caberá recurso, na forma estabelecida neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.2.16.1 A fundamentação objetiva sobre o indeferimento do requerimento de isenção estará disponível para consulta individual do candidato no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

2.2.17 O candidato cujo requerimento de isenção do valor de inscrição não for aceito, após a fase recursal, deverá, para efetivar sua inscrição no concurso, acessar o endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e emitir a 2ª via do DAE até as 16 horas (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de novembro de 2024, e deverá ser pago até o dia de vencimento nele constante.

2.2.17.1 O candidato que não regularizar sua inscrição por meio do pagamento do DAE não terá o pedido de inscrição efetivado.

2.2.18 O candidato cuja solicitação de isenção de pagamento do valor de inscrição for deferida estará automaticamente inscrito no concurso e terá seu Cartão de Confirmação de Inscrição - CCI - disponível para impressão, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, 05 (cinco) dias úteis antes das provas.

2.3 DA INSCRIÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.3.1 A inscrição de candidato com deficiência será efetivada via internet, nos termos do item "Das Inscrições e seus subitens".

2.3.2 Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 que regulamentou a Lei nº 7.853/1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296/2004, Lei nº 12.764/2012, Lei nº 13.146/2015, Lei 14.126/21 e Lei 14.768/23.

2.3.3 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato com deficiência deverá:

a) no "Requerimento Eletrônico de Inscrição" manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas no campo próprio;

b) no "Requerimento Eletrônico de Inscrição" declarar ser pessoa com deficiência no espaço próprio;

c) no "Requerimento Eletrônico de Inscrição" especificar o tipo de deficiência;

d) solicitar, se for o caso, condições especiais para realização das provas;

e) enviar laudo médico, nos termos dispostos neste Edital.

2.3.4 A pessoa com deficiência que não preencher os campos específicos no "Requerimento Eletrônico de Inscrição" e não cumprir o determinado neste Edital, terá sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência, bem como não serão atendidas as condições especiais para realização das provas, não podendo alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

2.3.5 O candidato com deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas deverá, no prazo de inscrições, enviar Laudo Médico original ou cópia autenticada em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas), expedido em no máximo 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), com a provável causa da deficiência, ou Certificado de Homologação ou Habilitação Profissional emitido pelo INSS, inclusive para assegurar previsão de adaptação de suas provas de conhecimentos.

2.3.5.1 O Laudo Médico deverá expressar, obrigatoriamente, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, conforme modelo "A" do Anexo IV.

2.3.5.2 Para apresentação do Laudo Médico, Modelo "A" do Anexo IV e cópias do documento oficial de identidade e CPF, o candidato deverá acessar, no endereço eletrônico da FGV <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, o link correspondente ao requerimento de inscrição para envio digitalizado dos documentos estabelecidos neste item.

2.3.5.2.1 Em hipótese alguma, o Laudo Médico poderá ser enviado juntamente com o pedido de isenção do valor da inscrição.

2.3.5.3 O Laudo Médico terá validade apenas para este Concurso e não será devolvido, ficando sob a guarda da CADEPOL.

2.3.5.4 Na falta do Laudo Médico, ou quando este for enviado fora do prazo ou de forma diversa ao especificado neste Edital, o candidato perderá o direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, mesmo que declarada tal condição no "Requerimento Eletrônico de Inscrição", sendo seu nome excluído das vagas reservadas às pessoas com deficiência, permanecendo somente na lista de candidatos que concorrem às vagas de ampla concorrência.

2.3.6 Ressalvadas as disposições especiais, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção de provas, aos critérios de aprovação e a todas as demais normas de regência do concurso.

2.3.7 O candidato que se inscrever como deficiente e for aprovado na etapa da Prova Objetiva será convocado para realizar, nos termos da legislação vigente, o Exame de Verificação da Deficiência, conforme descrito neste Edital.

2.3.8 O resultado da análise do pedido de inscrição de pessoas com deficiência será feito por meio de divulgação nos endereços eletrônicos [acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, até o dia 04 (quatro) de dezembro de 2024.

2.3.9 A fundamentação objetiva sobre o indeferimento do pedido estará disponível para consulta individual do candidato no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

2.3.10 O candidato que teve indeferido o seu pedido de participar do certame como deficiente poderá recorrer da decisão, na forma estabelecida neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.3.11 O candidato que teve indeferido o pedido de participar do certame como deficiente, ainda que após recurso, constará, apenas, na lista de ampla concorrência.

2.4 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

2.4.1 Poderão requerer, até o último dia de encerramento das inscrições, condições especiais para a realização das provas:

a) pessoa com deficiência, indicando as condições de que necessita para realização dessas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações;

b) a candidata mãe lactante nos critérios e condições estabelecidos no art. 227 da Constituição Federal, art. 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e arts. 1º e 2º da Lei nº 10.048/2000;

c) o candidato que não estiver concorrendo às vagas reservadas às pessoas com deficiência, excepcionalmente e a critério médico, que, por alguma razão de limitação temporária, necessitar de atendimento especial para a realização das provas de conhecimentos poderá fazer requerimento no "Requerimento Eletrônico de Inscrição", devendo anexar Laudo Médico indicando as condições que necessita para realização das provas e as razões de sua solicitação.

2.4.1.1 A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato, assim consideradas aquelas que possibilitam a prestação do respectivo exame, será condicionada à solicitação do candidato e à legislação específica.

2.4.1.2 Dentro das possibilidades técnicas e verificada a legalidade e viabilidade da solicitação do candidato na forma deste Edital, será garantida à pessoa com deficiência a realização de provas adaptadas de acordo com o tipo de deficiência apresentada pelo candidato, a fim de que este possa prestar o concurso em condições de igualdade com os demais.

2.4.2 A pessoa com deficiência deverá assinalar, no "Requerimento Eletrônico de Inscrição", nos respectivos prazos, a condição especial de que necessita para a realização das provas.

2.4.2.1 A pessoa com deficiência que necessitar de Tempo Adicional para realização das provas, além de indicar essa necessidade no "Requerimento Eletrônico de Inscrição", deverá enviar Laudo Médico acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do art. 40 do Decreto Federal nº 3.298/1999, até o prazo estabelecido e forma prevista neste Edital.

2.4.2.1.1 A concessão de tempo adicional para realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no Laudo Médico enviado pelo candidato ou parecer emitido por profissional de saúde.

2.4.2.2 O candidato com deficiência visual total deverá indicar sua condição, informando, no "Requerimento Eletrônico de Inscrição", a necessidade de realizar a prova em Braille ou Fiscal Ledor.

2.4.2.3 Ao candidato amblíope que indicar sua condição, no "Requerimento Eletrônico de Inscrição", será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

2.4.2.4 A pessoa com deficiência que necessitar transcrever a prova deverá solicitar auxílio para transcrição de respostas. Nesse caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a CADEPOL e a FGV serem responsabilizadas, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

2.4.2.5 Será oferecido, à pessoa com deficiência que solicitar condições especiais, intérprete de libras somente para tradução das informações e/ou orientações para realização das provas.

2.4.2.6 A pessoa com deficiência que eventualmente não indicar no "Requerimento Eletrônico de Inscrição", a condição especial de que necessita, poderá fazê-lo até o último dia de encerramento das inscrições, por meio de requerimento, datado e assinado, que deverá ser enviado digitalizado à FGV pelo e-mail [concursospcmg24@fgv.br](mailto:concursospcmg24@fgv.br).

2.4.3 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo, mediante preenchimento no "Requerimento Eletrônico de Inscrição", especificando a condição, bem como deverá anexar cópias digitalizadas do documento oficial de identidade e CPF.

2.4.3.1 A candidata lactante que não fizer a solicitação no prazo e formas previstas neste Edital não poderá ter a solicitação atendida por razões de adequação das instalações físicas do local de realização das provas.

2.4.3.2 Nos horários previstos para a amamentação, a mãe lactante poderá retirar-se, temporariamente, da sala onde está sendo realizada a prova, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação.

2.4.3.3 Para amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente determinado pela Coordenação. Será assegurada à candidata lactante a compensação do tempo efetivamente despendido para a amamentação quando da realização das provas. Durante a amamentação, a candidata será acompanhada de uma "fiscal" da FGV, sem a presença do responsável pela guarda do bebê.

2.4.3.4 O bebê deverá estar obrigatoriamente acompanhado somente de um maior de 18 (dezoito) anos, capaz, responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária deste adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Concurso Público.

2.4.3.5 A candidata lactante que não levar acompanhante para o bebê não realizará as provas. A CADEPOL e a FGV não disponibilizarão acompanhante para a guarda da criança.

2.4.4 A realização das provas em condições especiais requeridas pelos candidatos ficará sujeita à análise da viabilidade e possibilidade técnica, observada a legislação específica.

2.4.5 A falta de solicitação de tratamento diferenciado para a realização da prova, no prazo e forma previstos neste Edital, implicará a sua não concessão, sejam quais forem os motivos alegados, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a opção de realizar ou não a prova sem as condições especiais solicitadas.

2.4.6 Para efeitos de atendimento especial, a FGV analisará se o Laudo Médico enviado pelo candidato está de acordo com as especificações e os prazos definidos. Estando em desacordo, o candidato não terá a condição especial atendida, mesmo que a tenha solicitado no ato da inscrição ou isenção, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

2.4.7 O resultado da análise das solicitações de atendimento especial será feito por meio de divulgação nos endereços eletrônicos [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, até o dia 04 (quatro) de dezembro de 2024.

2.4.8 A fundamentação objetiva sobre o indeferimento do requerimento estará disponível para consulta individual do candidato no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

2.4.9 O candidato que teve indeferido o seu pedido de condições especiais para a realização das provas poderá recorrer da decisão, na forma estabelecida neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.5 DO CARTÃO DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO – CCI

2.5.1 A CADEPOL e a FGV não efetuarão a remessa postal do Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI para o candidato regularmente inscrito no certame.

2.5.2 O CCI estará disponível ao candidato, para impressão, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, desde que efetivamente quitado o valor da inscrição e reconhecido pelo sistema de arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda, ou deferida a isenção, nos termos previstos neste Edital, a partir do dia 13 (treze) de janeiro de 2025.

2.5.2.1 Caso o candidato não consiga obter o seu CCI, após ser disponibilizado conforme item anterior, deverá entrar em contato com a central de atendimento ao candidato, pelos meios previstos no subitem 1.4.1.

2.5.3 É de exclusiva responsabilidade do candidato que tiver deferida sua inscrição, consultar e imprimir no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> o CCI, onde constará data, horário e local de realização das provas.

2.5.4 No CCI estarão expressos o nome completo do candidato, a data de nascimento, o número do documento utilizado pelo candidato na inscrição, a sigla do órgão expedidor, a data, a hora e o local de realização das provas, além de outras orientações úteis ao candidato.

2.5.5 É obrigação do candidato conferir no CCI seu nome, o número do documento de identidade utilizado para inscrição, a sigla do órgão expedidor, bem como a data de nascimento.

2.5.6 Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, no número do documento de identidade utilizado para inscrição ou na sigla do órgão expedidor e na data de nascimento deverão ser registrados na Ata de Sala pelos fiscais de sala, no dia, no horário e no local de realização das provas, mediante apresentação do documento de identificação original e válido.

2.5.7 Caso o candidato não comunique os erros de digitação, especialmente no tocante a sua data de nascimento, em até 48 (quarenta e oito) horas após a aplicação das provas, arcará com o prejuízo advindo de tal erro.

2.5.8 O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas, para fins de justificativa de sua ausência.

2.5.9 Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

2.5.10 O não comparecimento do candidato, por qualquer motivo, caracterizará a sua desistência e consequente eliminação do concurso.

2.5.11 O candidato que, por qualquer motivo, não visualizar o seu CCI, mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital e dentro do prazo previsto, poderá participar do concurso público.

2.5.11.1 O candidato mencionado no item anterior, para participar do Concurso Público, deverá entrar em contato com a FGV imediatamente após a disponibilização do CCI, nas formas previstas no item 2.5.2.1, a fim de ser informado acerca do dia, local e horário em que realizará a prova. No dia da prova o candidato deverá preencher e assinar o formulário específico fornecido pela FGV.

2.5.11.2 A inclusão de que trata o item anterior deste Edital será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.

2.5.11.3 Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

2.5.12 Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e/ou retificações nos dados informados pelo candidato na Solicitação de Inscrição ou de Isenção, relativas à condição em que concorre.

3 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

3.1 São etapas do Concurso Público, cuja realização obedecerá à seguinte sucessão:

3.1.1 Provas de Conhecimentos:

3.1.1.1 Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

3.1.1.2 Prova Dissertativa, de caráter eliminatório e classificatório.

3.1.1.3 Prova Oral, de caráter eliminatório e classificatório.

3.1.2 Exames Biomédicos e Biofísicos, de caráter eliminatório.

3.1.3 Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório.

3.1.4 Provas de Títulos, de caráter classificatório.

3.1.5 Investigação Social, de caráter eliminatório.

3.2 A FGV será responsável pela execução das etapas de:

3.2.1 Provas de Conhecimentos:

3.2.1.1 Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

3.2.1.2 Prova Dissertativa, de caráter eliminatório e classificatório.

3.2.1.3 Prova Oral, de caráter eliminatório e classificatório.

3.2.2 Exames Biomédicos e Biofísicos, de caráter eliminatório.

3.2.3 Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório.

3.3 A CADEPOL será responsável pela execução das etapas de:

3.3.1 Provas de Títulos, de caráter classificatório.

3.3.2 Investigação Social, de caráter eliminatório.

3.4 As regras inerentes a cada etapa estão expressas neste edital.

4 DAS PROVAS DE CONHECIMENTOS

4.1 PROVA OBJETIVA

4.1.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada em Belo Horizonte, e terá duração mínima de 3h e máxima de 4h30min, sendo aplicada na data provável de 26 de janeiro de 2025, no turno da manhã.

4.1.1.1 A Prova Objetiva será realizada das 08h às 12h30min (horário de Brasília).

4.1.1.2 Os portões de todas as unidades serão fechados às 07h30min (horário de Brasília). Não será admitido na sala ou local de prova, o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

4.1.2 O tempo de duração da prova abrange a assinatura e a transcrição das respostas do Caderno de Provas para a Folha de Respostas.

4.1.2.1 Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, salvo o respeito às condições especiais previstas neste Edital.

4.1.2.2 O candidato somente poderá sair do recinto de realização das provas objetivas decorridos 3h do início de sua aplicação. O candidato que, por qualquer motivo se recusar a permanecer em sala no período mínimo estabelecido, terá sua ação registrada em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

4.1.3 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar a prova fora da data, do horário ou do local predeterminados, informados neste Edital e no CCI, ou divulgados pela CADEPOL e pela FGV.

4.1.4 A Prova de Conhecimento Objetiva constará de 80 (oitenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas de respostas, existindo apenas uma resposta correta, que serão assim divididas por disciplinas, cujos programas estão previstos no Anexo I, deste Edital:

1. 10 questões de Direito Administrativo.

2. 05 questões de Lei Orgânica da PCMG.

3. 10 questões de Direito Constitucional.

4. 05 questões de Direito Civil.

5. 15 questões de Direito Penal e Legislação Penal Extravagante.

6. 15 questões de Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante.

7. 10 questões de Direitos Humanos.

8. 05 questões de Medicina Legal.

9. 05 questões de Criminologia.

4.1.5 Cada questão da Prova Objetiva valerá 1 (um) ponto, totalizando 80 pontos.

4.1.6 Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) das respostas corretas, ou seja, acerte 48 (quarenta e oito) pontos da prova.

4.1.7 Quando da realização da Prova Objetiva, poderá ser exigido do candidato o preenchimento de Ficha de Atualização de Dados cadastrais e informativos.

4.1.8 O candidato deverá comparecer ao local de realização das provas, com antecedência mínima de 1h do horário previsto para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica ponta grossa, fabricada em material transparente (tinta azul ou preta), e do original do Documento Oficial de Identidade com foto, indicando no ato de inscrição, e, preferencialmente, portando o CCI ou o DAE quitado com o comprovante de pagamento.

4.1.8.1 NÃO será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha, lápis-borracha ou corretivo.

4.1.8.2 Não será permitido o ingresso de candidatos nos locais de prova após o fechamento dos portões. O ingresso na sala de provas somente será permitido dentro do horário estabelecido, informado no CCI ou divulgado na forma prevista neste Edital.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202408200302500133.



4.1.8.3 Em nenhuma hipótese será permitido, nos locais de realização das provas, o ingresso e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela ACADEPOL ou pela FGV.

4.1.8.4 Será obrigatória a apresentação do documento de identidade no local de provas. O CCI por si só não será aceito para a identificação do candidato. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identidade, o candidato deverá apresentar outro documento equivalente com foto, devendo ser submetido à identificação especial, que compreende na coleta de assinatura e de impressão digital na Ata de Sala.

4.1.8.5 Serão considerados documentos de identidade válidos: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc), passaporte, Certificado de Reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas pelo órgão público que, por lei federal, valham como identidade, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação com fotografia.

4.1.8.5.1 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, cópias dos documentos citados no item anterior ainda que autenticados, ou qualquer outro documento não constante neste Edital.

4.1.8.5.2 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original na forma definida no item 4.1.8.5 não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Concurso. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido, no máximo, 30 (trinta) dias antes. O candidato será submetido a identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital na Ata de Sala.

4.1.8.5.3 O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato, e deverá conter filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura. Caso o documento de identificação apresentado pelo candidato gere dúvidas quanto à fisionomia, bem como quanto à assinatura, será realizada identificação especial, que compreende na coleta de assinaturas e de impressão digital na Ata de Sala.

4.1.8.5.4 O candidato que não apresentar documento de identidade oficial e válido não poderá fazer as provas.

4.1.8.5.5 A partir da abertura dos portões e da entrada do candidato no local de aplicação, é vedado ao candidato usar o celular, circular ou permanecer nos ambientes comuns da instituição. O candidato deverá dirigir-se diretamente à sua sala, identificar-se e passar pelos procedimentos de segurança antes do início das provas e aguardar na sala o início da avaliação.

4.1.9 As instruções constantes nos Cadernos de Provas e nas Folhas de Respostas bem como as orientações e instruções expedidas pela FGV e ACADEPOL durante a realização das provas complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.

4.1.9.1 O candidato deverá transcrever as respostas da Prova Objetiva para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas, sendo vedada a participação de terceiro, respeitadas as condições solicitadas e concedidas conforme regras estabelecidas neste Edital. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento das Folhas de Respostas, bem como sua assinatura, conforme as especificações nela constante. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital ou com a Folha de Respostas, tais como marcação rasurada ou emendada, ou campo não preenchido integralmente.

4.1.9.2 Também é de inteira responsabilidade do candidato a conferência do seu tipo de prova.

4.1.10 A avaliação da Prova Objetiva será feita através de processamento eletrônico de dados. Por isso serão consideradas, exclusivamente, as respostas transferidas para a Folha de Respostas, utilizando-se de caneta esferográfica ponta grossa, de tinta azul ou preta, não sendo atribuído ponto à questão que contenha mais de uma resposta assinalada, emenda, rasura, ou que não tenha sido assinalada.

4.1.11 A Folha de Respostas não será substituída por erro do candidato.

4.1.11.1 O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou de qualquer modo danificar sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

4.1.11.2 Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação do candidato fora do local especificamente indicado para tal finalidade.

4.1.11.3 Ao terminar as provas, ou o tempo máximo previsto no Edital para suas realizações, o candidato deverá entregar, obrigatoriamente, o Caderno de Provas e a Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada.

4.1.11.3.1 O candidato somente poderá levar consigo o Caderno de Provas caso sua saída ocorra nos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

4.1.11.4 Ao terminarem as provas os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo permitido a utilização dos banheiros.

4.1.11.5 Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas objetivas juntos, após procederem com os Fiscais a conferência e o correto armazenamento das Folhas de Respostas, além de assinarem a Ata de Sala atestando a idoneidade da aplicação das provas.

4.1.11.5.1 O candidato que não cumprir o disposto no item anterior insistindo em sair da sala de realização das Provas deverá assinar na Ata de Sala registro do descumprimento. Caso o candidato se negue a assinar o referido registro, este será assinado e testemunhado pelos outros 2 (dois) candidatos e pelos fiscais de sala. A ocorrência será enviada à Comissão do Concurso da ACADEPOL para as providências decorrentes, podendo o candidato ser eliminado do certame.

4.1.12 A inviolabilidade dos malotes das provas será comprovada no momento do rompimento de seus lacres, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, 3 (três) candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas.

4.1.12.1 A inviolabilidade dos pacotes de provas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos pacotes, na presença de todos os candidatos, nas salas de realização das provas.

4.1.13 A Prova Objetiva será feita sem consulta. Não será permitido ao candidato realizar anotação de questões e/ou de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios previstos, ou seja, somente em material fornecido.

4.1.14 Não será permitido, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares. E, ainda, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, calculadora, notebook, tablet, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de livros, anotações, códigos, manuais, impressos, manuscritos ou qualquer outro material literário ou visual, bem como fazer anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito) em quaisquer outros meios que não os permitidos nesse Edital e seus anexos, especificados na capa da prova. O descumprimento desta instrução implicará a eliminação do candidato. A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão pela guarda de objetos ou de equipamentos eletrônicos durante a realização das provas.

4.1.14.1 Telefone celular, ou qualquer outro equipamento eletrônico dos candidatos, enquanto na sala de prova, deverão permanecer desligados, com sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.

4.1.14.2 No caso dos telefones celulares, do tipo smartphone, em que não é possível a retirada da bateria, os aparelhos deverão ser desligados e acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato poderá ser eliminado do concurso.

4.1.14.3 É vedado o ingresso do candidato na sala de provas portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que o candidato possua a respectiva autorização de porte.

4.1.14.4 O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado portando qualquer um dos objetos especificados no item 4.1.14 incluindo os aparelhos eletrônicos citados, mesmo que desligados, terá a ocorrência registrada em Ata, que será avaliada pela FGV, ouvida a Comissão do Concurso da ACADEPOL, podendo ser eliminado do Concurso Público.

4.1.14.5 Recomenda-se que o candidato leve apenas os objetos citados no item 4.1.8. Caso assim não proceda, a ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por perda, dano ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização de prova, nem por danos a eles causados.

4.1.14.6 Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à FGV, serão guardados na seção de achados e perdidos do local de aplicação.

4.1.14.7 O candidato, após ter assinado a lista de presença e estar acomodado em sala de provas, não poderá manusear nenhum dos equipamentos eletrônicos nem consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início da prova e somente poderá deixar a sala/local de realização das provas, mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação das provas.

4.1.15 Durante todo o período de realização das provas, por medida de segurança, os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas, à observação dos fiscais de sala.

4.1.16 Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame e ainda a critério da FGV e ACADEPOL, será utilizado o sistema de detecção de metal, bem como o candidato poderá ser submetido à identificação especial que compreende a coleta de assinatura e da impressão digital na lista de presença, durante a realização das provas.

4.1.17 Será atribuída a nota 0 (zero) ao candidato que deixar de comparecer à realização da prova.

4.1.18 Será anulada a prova quando for constatado o uso de meios escusos e fraudulentos na sua realização.

4.1.19 No dia da realização das Provas não serão fornecidas por qualquer membro da Equipe de aplicação das provas, e/ou pelas Autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou aos critérios de avaliação/classificação.

4.1.20 O gabarito e as questões das Provas Objetivas estarão disponíveis nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizados no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL, até 3 (três) dias úteis após a sua realização.

4.1.21 Caberá recurso contra as questões e o gabarito oficial da Prova Objetiva, na forma estabelecida neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

4.1.21.1 O gabarito poderá ser alterado em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o novo Gabarito Oficial Definitivo.

4.1.22 A relação provisória dos candidatos aprovados na Prova Objetiva será divulgada nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizada no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

4.1.23 Caberá, ainda, recurso quanto à totalização dos pontos obtidos na Prova Objetiva, desde que se refira a erro de cálculo das notas, conforme especificado neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

4.1.24 A relação dos candidatos aprovados na Prova Objetiva e classificados observando o item 7 e subitens, e a convocação para prosseguirem no certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, bem como divulgadas nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e disponibilizadas no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

4.1.25 A classificação dos candidatos, em ordem decrescente de nota, será feita somente após a análise dos recursos interpostos contra as questões e o gabarito oficial da Prova Objetiva, bem como contra a totalização dos pontos obtidos.

4.2 PROVA DISSERTATIVA

4.2.1 A Prova Dissertativa, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada em Belo Horizonte, e terá duração mínima de 2h (duas horas) e máxima de 4h (quatro horas), na data provável de 15 de junho de 2025, no turno da manhã.

4.2.1.1 Somente serão convocados para a Prova Dissertativa os 540 (quinhentos e quarenta) candidatos de melhor pontuação, dentre estes já incluídos os 50 (cinquenta e quatro) candidatos com deficiência.

4.2.1.2 Todos os candidatos de mesma nota na posição 490ª para os candidatos de ampla concorrência, e na posição 50ª para os candidatos com deficiência serão convocados para se submeterem à Prova Dissertativa.

4.2.1.3 No caso de o número de aprovação de candidato com deficiência ser inferior ao quantitativo de candidatos a serem convocados para a realização da Prova Dissertativa, previsto no subitem 4.2.1.2, o quantitativo será preenchido por candidato não deficiente, obedecida a pontuação obtida e a ordem decrescente de classificação.

4.2.2 Os locais e hora de realização da Prova Dissertativa estarão disponíveis para consulta na internet no mínimo 05 (cinco) dias antes da data de sua realização, nos endereços eletrônicos [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizados no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

4.2.2.1 O candidato somente poderá realizar as provas na data, horário e local predeterminados pela ACADEPOL e FGV.

4.2.2.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

4.2.2.3 O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova, adequadamente vestido, com antecedência mínima de 1h do horário previsto para fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica ponta grossa, fabricada em material transparente (tinta azul ou preta) e do original do Documento Oficial de Identidade com foto, indicado no ato de inscrição.

4.2.2.3.1 NÃO será permitido o uso de foto, lapiseira, borracha, lápis-borracha ou corretivo.

4.2.2.4 Não será permitido o ingresso de candidatos nos locais de prova, após o fechamento dos portões. O ingresso na sala de provas somente será permitido dentro do horário a ser estabelecido, informado no CCI ou divulgado na forma prevista neste Edital.

4.2.2.5 Em nenhuma hipótese será permitido, nos locais de realização das provas, o ingresso e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela ACADEPOL ou FGV.

4.2.2.6 Será obrigatória a apresentação do documento de identidade no local de provas. O CCI por si só não será aceito para a identificação do candidato. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identidade, o candidato deverá apresentar outro documento equivalente com foto, devendo ser submetido à identificação especial, que compreende na coleta de assinatura e de impressão digital em formulário próprio.

4.2.2.7 Serão considerados documentos de identidade válidos os descritos no item 4.1.8.5, conforme regras previstas no item 4.1.8.5.2. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, os descritos no item 4.1.8.5.1.

4.2.2.8 O candidato que não apresentar documento de identidade oficial e válido não poderá fazer as provas.

4.2.3 O tempo de duração das provas abrangerá a transcrição definitiva das respostas.

4.2.3.1 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, salvo no caso das condições especiais previstas neste Edital.

4.2.3.2 Ao terminar a prova, ou o tempo máximo previsto no Edital para sua realização, o candidato deverá entregar, obrigatoriamente, o Caderno de Provas e a Folha de Respostas da Prova Dissertativa, devidamente preenchida e assinada.

4.2.3.2.1 O candidato somente poderá levar consigo o Caderno de Provas caso sua saída ocorra nos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

4.2.3.3 Ao terminarem as provas os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo permitida a utilização dos banheiros.

4.2.3.4 Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas juntos, após procederem com os Fiscais a conferência e o correto armazenamento das Folhas de Respostas, além de assinarem a Ata de Sala atestando a idoneidade da aplicação das provas.

4.2.3.4.1 O candidato que não cumprir o disposto no item anterior insistindo em sair da sala de realização das Provas deverá assinar na Ata de Sala registro do descumprimento. Caso o candidato se negue a assinar o referido registro, este será assinado e testemunhado pelos outros 2 (dois) outros candidatos e pelos fiscais de sala. A ocorrência será enviada à Comissão do Concurso da ACADEPOL para as providências decorrentes, podendo o candidato ser eliminado do certame.

4.2.4 A prova constará de questões dissertativas sobre o conteúdo dos programas previstos no Anexo I, referentes às seguintes disciplinas:

a) 01 questão de Direito Administrativo.

b) 01 questão de Direito Constitucional.

c) 03 questões de Direito Penal e Legislação Penal Extravagante.

d) 03 questões de Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante.

4.2.5 A Prova Dissertativa valerá 40 pontos, valendo 5 pontos cada questão.

4.2.6 A Prova Dissertativa tem por objetivo avaliar o conteúdo – conhecimento do tema e a capacidade de expressão na modalidade escrita. O candidato deverá produzir, com base em temas formulados pela Banca Examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.

4.2.7 As questões deverão ser respondidas em até 20 (vinte) linhas cada.

4.2.7.1 Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado, ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida no Caderno de Provas para cada questão.

4.2.8 Cada questão que compõe a Prova Dissertativa será corrigida conforme os critérios a seguir:

a) compreensão/conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta;

b) argumentação apropriada relevante e suficiente em relação à questão proposta;

c) fundamentação legal da resposta.

4.2.9 A Prova Dissertativa deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não será permitida a interferência ou participação de outras pessoas, salvo nos casos de atendimento especial previsto neste Edital, quando o candidato será acompanhado de Fiscal da FGV devidamente treinado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

4.2.10 Na realização da Prova Dissertativa, será permitida, após inspeção prévia, a consulta apenas à legislação não comentada (“lei seca”), sem anotações de qualquer espécie, sejam estas da própria edição da obra ou inseridas pelo usuário, excetuadas meras e pequenas remissões a artigos, incisos e alíneas ou a outros dispositivos legais, devendo, para tanto, cada candidato levar seu próprio material para consulta. Também será vedada a consulta às Exposições de Motivos da Legislação.

4.2.10.1 É vedado o uso de legislações e súmulas impressas e/ou xerocopiadas, de forma avulsa, bem como o empréstimo de material de consulta ou a permuta de texto entre candidatos, durante a realização das provas.

4.2.10.2 Antes do início da Prova Dissertativa, será feita vistoria do material de consulta a ser utilizado pelos candidatos, podendo os aplicadores restringir o uso do material em desacordo com o disposto neste Edital.

4.2.11 As folhas de respostas da Prova Dissertativa não poderão ser assinadas ou rubricadas nem conter, em qualquer local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique os candidatos, sob pena de anulação.

4.2.12 Não será permitido, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares. E, ainda, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, calculadora, notebook, tablet, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito. A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão pela guarda de objetos ou de equipamentos eletrônicos durante a realização das provas.

4.2.12.1 Telefone celular, ou qualquer outro equipamento eletrônico dos candidatos, enquanto na sala de prova, deverão permanecer desligados, com sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.

4.2.12.2 No caso dos telefones celulares, do tipo smartphone, em que não é possível a retirada da bateria, os aparelhos deverão ser desligados e acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato poderá ser eliminado do concurso.

4.2.12.3 É vedado o ingresso do candidato na sala de provas portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que o candidato possua a respectiva autorização de porte.

4.2.12.4 O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado portando qualquer um dos objetos especificados no item 4.2.12, incluindo os aparelhos eletrônicos citados, mesmo que desligados, terá a ocorrência registrada em Ata, que será avaliada pela FGV, ouvida a Comissão do Concurso da ACADEPOL, podendo ser eliminado do Concurso Público.

4.2.12.5 A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por perda, dano ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização de prova nem por danos a eles causados.

4.2.12.6 O candidato, após ter assinado a lista de presença e estar acomodado em sala de provas, não poderá manusear nenhum dos equipamentos eletrônicos proibidos neste Edital, bem como consultar as legislações permitidas para consulta durante a prova, antes da realização de sua conferência, enquanto aguarda o horário de início da prova, e somente poderá deixar a sala/local de realização das provas, mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação das provas.

4.2.12.7 Por medida de segurança, os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas, à observação dos fiscais de sala, durante todo o período de realização das provas.

4.2.13 Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame e ainda a critério da FGV e ACADEPOL, será utilizado o sistema de detecção de metal, bem como o candidato poderá ser submetido à identificação especial que compreende a coleta de assinatura e da impressão digital na lista de presença, durante a realização das provas.

4.2.14 Será atribuída a nota 0 (zero) ao candidato que deixar de comparecer à realização da prova.

4.2.15 Será anulada a prova quando for constatado o uso de meios escusos e fraudulentos na sua realização.

4.2.16 No dia da realização das Provas Dissertativas não serão fornecidas por qualquer membro da Equipe de aplicação das provas, e/ou pelas Autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

4.2.17 Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas.

4.2.18 As provas somente serão identificadas, após sua completa correção e atribuição de pontos.

4.2.19 A relação provisória dos candidatos aprovados na Prova Dissertativa (nome e notas) será divulgada nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizada no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

4.2.20 Será considerado aprovado na Prova Dissertativa o candidato que obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos pontos, ou seja, obtenha 20 (vinte) pontos do total da prova.

4.2.21 A FGV divulgará o espelho das questões dissertativas e a imagem do caderno de provas mediante consulta individual, no endereço eletrônico da FGV <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

4.2.22 Caberá recurso contra o resultado da Prova Dissertativa nos termos estabelecidos neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

4.2.23 O resultado final da Prova Dissertativa e a classificação dos candidatos aprovados, em ordem decrescente de nota, serão feitos somente após a análise dos recursos interpostos, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e divulgados nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizados no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

4.3 PROVA ORAL

4.3.1 A Prova Oral, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada em Belo Horizonte, em data a ser divulgada quando da publicação do Resultado Final da fase anterior.

4.3.1.1 Somente serão convocados para a Prova Oral os 270 (duzentos e setenta) candidatos de melhor pontuação, somando-se os pontos obtidos nas Provas Objetiva e Dissertativa, dentre estes já incluídos os 25 (vinte e cinco) candidatos com deficiência.

4.3.1.2 Todos os candidatos de mesma nota da posição 245ª para os candidatos de ampla concorrência, e da posição 25ª para os candidatos com deficiência, serão convocados para se submeterem à Prova Oral.

4.3.1.3 No caso de o número de aprovação de candidato com deficiência ser inferior ao quantitativo de candidatos a serem convocados para a realização da Prova Oral, previsto no subitem 4.3.1.2, o quantitativo será preenchido por candidato não deficiente, obedecida a pontuação obtida e a ordem decrescente de classificação.

4.3.2 Os locais e horário de realização da Prova Oral estarão disponíveis para consulta na internet no mínimo 05 (cinco) dias antes da data de sua realização, nos endereços eletrônicos [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizados no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

4.3.2.1 O candidato somente poderá realizar a Prova Oral na data, horário e local predeterminados pela ACADEPOL e FGV.

4.3.2.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

4.3.2.3 O candidato deverá comparecer ao local de realização da Prova Oral com antecedência mínima de 1h do horário previsto para o início, trajando vestimenta social, devendo apresentar obrigatoriamente o Documento Oficial de Identidade usado no ato de inscrição.

4.3.2.3.1 Serão considerados documentos de identidade válidos os descritos no item 4.1.8.5, conforme regras previstas no item 4.1.8.5.2. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, os descritos no item 4.1.8.5.1.

4.3.2.3.2 O candidato que não apresentar documento de identidade oficial e válido não poderá fazer as provas.

4.3.2.4 Em nenhuma hipótese será permitido, nos locais de realização das provas, o ingresso e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela ACADEPOL ou FGV.

4.3.3 As Provas Oraís serão realizadas em conformidade com os respectivos programas e se constituirão de questões que demonstrem conhecimento jurídico e segurança na exposição, referentes às seguintes matérias:

a) Direito Administrativo.

b) Direito Constitucional.

c) Direito Penal e Legislação Penal Extravagante.

d) Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante.

4.3.4 Cada Examinador será responsável por arguir cada candidato sobre uma das matérias constantes no item 4.3.3, durante, no máximo, 20 (vinte) minutos.

4.3.5 Não será permitida qualquer espécie de consulta, devendo o examinador que pretender do candidato comentário sobre dispositivo de lei, apresentar-lhe o respectivo texto de legislação.

4.3.6 Nas Provas Oraís, a avaliação, para cada disciplina, variará de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, e serão considerados o domínio do conhecimento jurídico, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo durante a exposição.

4.3.7 A Prova Oral valerá 40 pontos total, valendo 10 pontos cada disciplina. A nota final da Prova Oral será a soma da nota obtida em cada disciplina.

4.3.8 Será considerado aprovado o candidato que obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos pontos, no somatório total das 04 (quatro) matérias, não podendo obter nota zero em nenhuma das 04 (quatro) matérias.

4.3.9 As Provas Oraís serão gravadas pela FGV em sistema de áudio, ou por qualquer outro meio que possibilite a sua posterior reprodução para fins de análise dos recursos. A gravação será utilizada exclusivamente pela ACADEPOL ou FGV.

4.3.10 Na data da realização da Prova Oral, os candidatos permanecerão isolados em uma sala de espera. Durante este período fica vedada a consulta a livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.

4.3.11 A sequência da ordem de arguição das disciplinas será em ordem alfabética.

4.3.12 É proibido aos candidatos, durante a realização das provas, portar armas, fazer o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço e/ou similares. E, ainda, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, calculadora, notebook, tablet, gravador, transmissor/receptor de mensagens e ponto eletrônico de comunicação e/ou transmissão de dados ou qualquer outro equipamento eletrônico. A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão pela guarda de objetos ou de equipamentos eletrônicos durante a realização das provas.

4.3.13 A ACADEPOL excluirá do concurso o candidato que for surpreendido portando ou se valendo de qualquer um dos equipamentos enumerados no item 4.3.12 no recinto de prova, durante a realização desta.

4.3.14 Será atribuída a nota 0 (zero) ao candidato que deixar de comparecer às provas.

4.3.15 A relação provisória dos candidatos aprovados na Prova Oral será divulgada nos endereços eletrônicos [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e disponibilizada no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

4.3.16 Será concedido ao candidato o direito de interpor recurso contra o resultado da Prova Oral, nos termos estabelecidos neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

4.3.17 O resultado final da Prova Oral com os nomes e a ordem decrescente de classificação dos candidatos aprovados será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e divulgado nos endereços eletrônicos [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

5. DOS PROGRAMAS

5.1. O conteúdo programático para as Provas de Conhecimentos - Objetiva, Dissertativa e Oral - estão indicados no Anexo I.

6. EXAME DE VERIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

6.1 O candidato com deficiência, se aprovado na Prova Objetiva, deverá submeter-se à perícia médica, para verificação da deficiência em data a ser divulgada oportunamente.

6.2 Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.298, de 2 de dezembro de 2004, bem como as Leis Federais nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) e nº 14.126/2021 (visão monocular como deficiência sensorial).

6.2.1 As deficiências do candidato, admitida a correção por equipamentos, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para a função do cargo de Delegado de Polícia.

6.2.2 Para se submeter à perícia, o candidato deverá apresentar relatório médico especializado, emitido nos moldes da resolução CFM nº 2.381/2024, original, ou cópia (acompanhada do original), expedido em no máximo 90 (noventa) dias antes do término das inscrições para o concurso, ou Certificado de Homologação de Readaptação ou Habilitação Profissional emitido pelo INSS.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202408200302500134.



6.2.3 O relatório médico especializado especificado no item anterior deverá conter todas as informações necessárias que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3298/1999, combinado com as Leis Federais nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) e nº 14.126/2021 (visão monocular com deficiência sensorial), em especial, a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

6.3 A perícia será realizada, sem qualquer ônus para o candidato, conforme legalmente assegurado, por Banca Examinadora, constituída por equipe multiprofissional na área médica, com pelo menos um deles na especialidade, e um representante da carreira de Delegado de Polícia Substituto, designada pela ACADEPOL.

6.4 Concluindo a Banca Examinadora pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência para habilitar o candidato a concorrer às vagas reservadas, passará o candidato a ser considerado como candidato não deficiente.

6.5 Concluindo a Banca Examinadora por ser incompatível a deficiência com o exercício das atribuições do cargo de Delegado de Polícia Substituto, integrante da carreira de natureza estritamente policial, prosseguirá o candidato no certame devendo ser submetido a nova avaliação durante o período do estágio probatório, conforme expressa disposição legal.

6.6 O resultado do Exame referido será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e divulgado, nos endereços eletrônicos [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

6.7 O candidato considerado não deficiente poderá recorrer da decisão, nos termos estabelecidos neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

6.7.1 O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

6.7.2 O Exame de Verificação da Deficiência não exige o candidato com deficiência de se submeter a todas as etapas eliminatórias previstas no presente Edital.

7. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS

7.1 Os candidatos não eliminados na Prova Objetiva serão classificados pelo critério decrescente do somatório dos pontos obtidos, observados os critérios definidos neste Edital.

7.1.1 Na ocorrência de empate, far-se-á a classificação adotando-se, sucessivamente, os seguintes critérios de preferência:

a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até a data a ser procedido o desempate, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

a.1) caso exista mais de um candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até a data a ser procedido o desempate, será dada preferência ao candidato de idade mais elevada, considerando ano, mês e dia de nascimento.

b) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Penal e Legislação Penal Extravagante.

c) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante.

d) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Administrativo.

e) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Constitucional.

f) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

g) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Medicina Legal.

h) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direitos Humanos.

i) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Criminologia.

j) Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Civil.

k) Tiver exercido a função de jurado, nos termos do artigo 440 do Código de Processo Penal; e

l) Maior idade, considerando ano, mês e dia de nascimento.

7.1.2 A classificação dos candidatos será feita em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive dos candidatos com deficiência, e a segunda, somente com a classificação destes últimos, obedecida a ordem decrescente de classificação.

7.1.3 Para fins de comprovação da função a que se refere a alínea “k” do subitem 7.1.1, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelo Ministério Público, Tribunais de Justiça estaduais e federais do país, relativos à função de jurado, nos termos do Art. 440 do Código de Processo Penal, que deverão ser anexados no momento da inscrição, no “Requerimento Eletrônico de Inscrição”.

7.2 Não existe vinculação do número de candidatos convocados para as etapas seguintes com o número de vagas disponibilizadas para o provimento e oferecidas neste Edital.

8. DOS EXAMES BIOMÉDICOS E BIOFÍSICOS

8.1 Somente serão convocados, por Ato Oficial previamente publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e divulgado, nos endereços eletrônicos [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br), e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, bem como disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL, para a etapa dos Exames Biomédicos e Biofísicos os candidatos aprovados na fase da Prova de Conhecimentos Oral.

8.2 A etapa dos Exames Biomédicos e Biofísicos será realizada em Belo Horizonte e terá caráter eliminatório.

8.3 A etapa dos Exames Biomédicos e Biofísicos será composta de duas fases:

a) Exames Biomédicos; e

b) Exames Biofísicos.

8.3.1 As fases dos Exames Biomédicos e dos Exames Biofísicos ocorrerão em momentos distintos.

EXAMES BIOMÉDICOS

8.4 Os Exames Biomédicos objetivarão aferir se os candidatos gozam de boa saúde física, se não são portadores de doenças, sinais ou sintomas que os inabilitem ao exercício da função policial e, ainda, se possuem acuidade visual e auditiva compatíveis com a carreira policial.

8.4.1. O candidato deverá informar a ocorrência de qualquer problema de saúde que apresentar no interstício entre o exame biomédico e sua posse, sob pena de exclusão do Curso de Formação Técnico-Profissional ou anulação do ato de nomeação.

8.5 Os Exames Biomédicos serão realizados por Banca Examinadora, de responsabilidade da FGV, composta por profissionais na área médica, legalmente habilitados.

8.6 Para ser submetido aos Exames Biomédicos, o candidato deverá providenciar, às suas expensas, os exames laboratoriais mencionados no item 8.8 deste Edital e complementares, se necessário.

8.6.1 Os Exames descritos no item 8.8, poderão ser realizados em laboratórios de livre escolha do candidato e somente terão validade se realizados em no máximo 90 (noventa) dias antes da convocação para a etapa.

8.6.2 Em todos os exames, além do nome, deve constar, obrigatoriamente, a identificação dos profissionais que os realizaram e o número da carteira de identidade do candidato, sendo motivo de inautenticidade a inobservância ou omissão do referido número.

8.7 Para submeter-se aos Exames Biomédicos, o candidato deverá comparecer na data, horário e local designados, munido dos exames laboratoriais.

A falta de qualquer exame laboratorial previsto no item 8.8 acarretará a sua eliminação do concurso.

8.8 Os Exames Laboratoriais e complementares a serem realizados, conforme item 8.6 e subitens são:

a) Teste ergométrico, com laudo médico.

b) Radiografia do tórax (incidência PA e Perfil) com laudo.

c) Radiografia panorâmica da coluna vertebral (incidência AP e Perfil em Ortostatismo).

d) Glicemia, Creatinina, GGT, fosfatase alcalina, transaminases (TGO/TGP) e bilirrubinas (direta e indireta).

e) Hemograma completo.

f) Urina Rotina.

g) Grupo Sanguíneo – fator Rh.

h) Audiometria tonal e vocal.

i) Antídotos: exame com janela de detecção de 90 (noventa) dias pela amostra de queratina para:

- maconha;
- metabólicos do delta-9 THC;
- cocaína;
- anfetaminas (inclusive metabólitos e seus derivados);
- opiáceos.

j) Exames neurológicos:

- avaliação clínica neurológica realizada por neurologista descrevendo os seguintes itens: Ectoscopia (face e postura), auscultação cervical, estado mental e sumário das funções mentais superiores, nervos cranianos, motricidade (força, tônus, trofismo e reflexos), sensibilidade superficial (espinotalmática) e profunda (cordonal superior), coordenação motora e marcha.

k) Exames oftalmológicos: avaliação oftalmológica pelo especialista, considerando:

- acuidade visual sem correção;
- acuidade visual com correção;
- tonometria;
- biomicroscopia;
- fundoscopia;
- motricidade ocular;
- senso cromático;
- campo visual (campimetria computadorizada), com laudo;

l) ecografia de abdome total;

m) psiquiátrico: avaliação psiquiátrica realizada por psiquiatra com RQE (Registro de Qualificação de Especialista), com relatório médico (modelo “B” do Anexo IV) sobre comportamento, humor, coerência e relevância do pensamento, conteúdo ideativo, percepções, hiperatividade, encadeamento de ideias, orientação, memória recente, memória remota, tirocínio, uso ou não de medicamentos psicotrópicos (psicofármacos) e, ainda, qualquer antecedente de doença psiquiátrica.

n) pulmonares: Espirometria com laudo médico.

8.8.1 Ao inscrever-se no certame, o candidato autoriza a coleta de material para realização de outros exames antidrogas, a qualquer tempo, no interesse da Polícia Civil de Minas Gerais.

8.8.2 Não serão aceitos resultados de exames acima especificados emitidos da internet sem assinatura digital, por fax ou fotocopiados, exceto os exames laboratoriais relativos ao item 8.8, alíneas “d”, “e”, “f” e “g”.

8.8.3 Será exigida a acuidade visual, no pior olho, como parâmetro de aprovação:

a) 30% (trinta por cento), sem correção; e

b) 80% (oitenta por cento), com correção.

8.8.4 Será exigida acuidade auditiva em frequências de 500 (quinhentos) – 1.000 (mil) – 2.000 (dois mil) de perda de até 25 (vinte e cinco) decibéis. Nas demais frequências, aceita-se a perda de até 40 decibéis.

8.8.5 Se na análise dos exames clínicos e complementares for evidenciada alguma alteração clínica, a junta médica deverá determinar se a alteração é:

I – incompatível com o cargo pretendido;

II – potencialmente agravada com as atividades a serem desenvolvidas;

III – determinante de frequentes ausências;

IV – capaz de gerar atos inseguros que venham a colocar em risco a segurança do candidato ou de outras pessoas;

V – potencialmente incapacitante a curto prazo.

8.8.6 Evidenciadas quaisquer das alterações descritas no item anterior, o candidato será considerado INAPTO.

8.8.7 As condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam o candidato para o concurso público, nos termos do Anexo II, serão também considerados incapacitantes para a posse no cargo.

8.8.8 Por ocasião do exame biomédico, o candidato deverá informar a existência de qualquer condição incapacitante para matrícula no Curso de Formação Técnico-Profissional e para ingresso no cargo, nos termos do Anexo II, sob pena de exclusão do curso ou anulação do ato de nomeação.

8.8.8.1. Por ocasião do exame biomédico, o candidato deverá informar a existência de qualquer condição clínica presente no “Questionário de Saúde” que lhe será fornecido no ato da avaliação.

8.8.8.2. Omissões ou informações inverídicas nas respostas ao “Questionário de Saúde” poderão acarretar a exclusão do Curso de Formação Técnico-Profissional ou anulação do ato de nomeação. O candidato nomeado poderá ser responsabilizado penal, civil e administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar.

8.8.8.3. O candidato, ainda, deverá apresentar todos os exames complementares que sejam julgados necessários para a comprovação do previsto no item 8.4.

8.9 Analisados os resultados dos Exames Laboratoriais, a Banca Examinadora, a seu critério, poderá solicitar exames complementares de qualquer natureza, às expensas do candidato, considerados necessários para esclarecer diagnósticos, no prazo de até 10 (dez) dias.

8.10 A Banca Examinadora, após a análise dos exames laboratoriais e complementares, emitirá parecer conclusivo da aptidão ou inaptidão de cada um, o qual deverá ser assinado pelos peritos da área médica (profissionais legalmente habilitados na área médica) integrantes da Banca Examinadora.

8.11 A Banca Examinadora apresentará o resultado final do exame de cada candidato, assinado nas respectivas pautas individuais, com menção de APTO ou INAPTO.

8.12 O candidato que deixar de comparecer à realização dos Exames Biomédicos será eliminado do Concurso Público.

EXAMES BIOFÍSICOS

8.13 Os Exames Biofísicos serão relativos a capacidade e sanidade física e visam aferir se o candidato apresenta condições de saúde e capacidade física para suportar os exercícios a que será submetido durante o Curso de Formação Técnico-Profissional e as tarefas típicas do policial civil, especialmente para o cargo.

8.14 Para participar dos Exames Biofísicos, o candidato deverá comparecer na data, horário e local que constarem na sua convocação, com 30 minutos de antecedência do horário previsto para a abertura do portão, com trajas adequadas (trajes de práticas esportivas condizentes com os testes a serem aplicados – tênis, short ou bermuda, camiseta de manga curta) e apresentar os seguintes documentos:

a) Documento de identidade, na forma definida pelo subitem 4.1.8.5 deste edital;

b) Atestado médico (original ou fotocópia autenticada) às expensas próprias, emitido com a antecedência máxima de 30 (trinta) dias, comprovando o gozo de boa saúde e condições para submeter-se aos exercícios discriminados neste edital, nos moldes do Anexo III.

8.14.1 É de responsabilidade do candidato informar ao médico sobre os testes físicos a que será submetido, para que o profissional, ao emitir o atestado, tenha plena ciência do esforço cardiorespiratório que será demandado na prova.

8.14.2 Não serão aceitos: laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao atestado; atestado entregue após o início da aplicação da prova ou por terceiros.

8.14.3 O atestado médico apresentado será retido pela banca.

8.15 Os exames Biofísicos serão aplicados por Banca Examinadora, constituída por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física (CREF), sendo coordenado por profissional com habilitação plena em Educação Física.

8.16 Os Exames Biofísicos devem comprovar se os candidatos apresentam:

a) compatibilidades físicas com as atividades de um policial civil;

b) leves variações de normalidade, não incapacitantes, para a profissão;

c) alterações, potencialmente incapacitantes de imediato ou a curto prazo, ou determinantes de absenteísmos frequentes ou com iminente risco de se potencializar ou capaz de colocar em risco a segurança própria e a de terceiros.

8.16.1 Os Exames Biofísicos constarão de testes físicos acompanhados de análise técnica dos resultados, sendo eles:

a) flexão de braço;

b) corrida de 50 (cinquenta) metros rasos;

c) impulsão horizontal;

d) teste de cooper (12 minutos).

8.16.2 Cada teste terá um desempenho específico para ser realizado e terá pontuação máxima de 25 (vinte e cinco) pontos, que serão atribuídos conforme a capacidade e sanidade física do candidato dentro dos parâmetros especificados no Anexo III deste Edital.

8.16.3 A descrição dos Exames Biofísicos e suas respectivas tabelas de atribuições de pontos serão as constantes do Anexo III, que é parte integrante deste Edital.

8.17 Será considerado APTO o candidato que obtiver o mínimo de 50 (cinquenta) pontos no total dos testes a que foram submetidos, desde que atingido o mínimo de 2 (dois) pontos em cada um dos testes, conforme tabela de atribuições de pontos, constantes no Anexo III, deste Edital.

8.18 Será eliminado do Concurso Público o candidato que deixar de comparecer à realização dos Exames Biofísicos.

8.18.1 A candidata gestante poderá solicitar, mediante apresentação de atestado que conste o tempo de gestação, nas condições e prazos previstos no ato específico de convocação para essa fase, o adiamento dos Exames Biomédicos/Biofísicos.

8.18.1.1 O adiamento dos Exames Biomédicos/Biofísicos não poderá ser por prazo superior a 6 (seis) meses após o término da gravidez e somente será inferior a 4 (quatro) meses após o término da gravidez se houver interesse expresso da candidata, autorização médica, interesse e viabilidade administrativa. A candidata que não obedecer a esses prazos estabelecidos, será eliminada do certame.

8.18.1.2 O estado de gravidez não isenta a candidata da realização dos Exames Biomédicos/Biofísicos, fazendo jus, tão somente, ao direito de realizá-los, em momento posterior, ficando sua conclusão no concurso condicionada à aprovação nas demais etapas, observada a pontuação final dos candidatos do certame a que concorreu.

8.19 Findos os exames, os candidatos tomarão conhecimento da pontuação obtida nos testes.

8.20 Será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e divulgado nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br), bem como disponibilizado, no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL, o resultado relativo ao candidato considerado APTO na etapa dos Exames Biomédicos e Biofísicos, que prosseguirá nas demais etapas do Concurso.

8.21 Será considerado INAPTO e, conseqüentemente, eliminado do concurso, o candidato que:

a) não apresentar condições de saúde condizentes com o cargo pleiteado, conforme parecer da Banca Examinadora, quando dos Exames Biomédicos; ou

b) não obtiver no mínimo 2 (dois) pontos em cada teste, conforme tabelas do Anexo III, não podendo prosseguir nos demais testes;

c) não obtiver o mínimo de 50 (cinquenta) pontos no total dos testes que compõem o Exame Biofísico, conforme tabelas do Anexo III.

8.22 O candidato considerado APTO em qualquer fase da etapa dos Exames Biomédicos e Biofísicos poderá recorrer da decisão, na forma prevista neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

8.22.1 O resultado dos recursos será divulgado nos endereços eletrônicos [www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br) e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.

8.23 Não será permitido ao candidato submeter-se aos Exames Biomédicos e Biofísicos fora da data, do horário ou do local predeterminados, ressalvados os casos previstos no subitem 8.18.1.

8.24 Demais informações a respeito da etapa dos Exames Biomédicos e Biofísicos constarão no Portaria de Convocação para essa etapa.

9. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

9.1 Somente serão convocados para a Avaliação Psicológica os candidatos APTOS na etapa dos Exames Biomédicos/Biofísicos.

9.2 A Avaliação Psicológica, de presença obrigatória e de caráter eliminatório, ocorrerá dentro dos parâmetros estabelecidos nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia nº 10/2005, nº 02/2016 e nº 31/2022 e tem como objetivo avaliar o candidato nos seus aspectos de inteligência, aptidões específicas e características de personalidade adequadas ao exercício profissional, apuradas por meio de instrumentos objetivos da Psicologia.

9.3 A Avaliação Psicológica será realizada por profissionais devidamente habilitados junto ao Conselho Regional de Psicologia, segundo critérios reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia e capacitados, que integrarão a Banca Examinadora para aplicação integral da fase da Avaliação Psicológica, e a Banca Recursal, selecionados e contratados pela FGV.

9.4 A despesa decorrente da realização da Avaliação Psicológica será arcada pelo candidato.

9.5 O ato contendo a relação dos candidatos convocados, as datas, os horários e os locais em que deverão se apresentar para serem submetidos à Avaliação Psicológica, será previamente publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, devendo o candidato comparecer e se apresentar ao local determinado, pelo menos com 1h de antecedência, munido do original do Documento Oficial de Identificação. Recomenda-se que o candidato esteja alimentado e com roupas confortáveis, pois deverá ficar à disposição da Avaliação Psicológica no horário das 8h às 17 horas.

9.6 O candidato que deixar de comparecer à realização da Avaliação Psicológica no dia e horário determinados pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais e FGV será eliminado do Concurso Público.

9.7 Não haverá, em hipótese alguma, segunda chamada para a Avaliação Psicológica nem realização desta fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

9.8. O candidato convocado será avaliado através de técnicas e instrumentos psicológicos, de caráter objetivo e científico, aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP, que consistirão de aplicação individual e coletiva de bateria de testes psicológicos, nas áreas cognitiva, aptidão e personalidade.

9.9. Os requisitos do perfil psicológico, traçados pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, necessários ao exercício do cargo de Delegado de Polícia, referem-se à inteligência, aptidão e personalidade estruturada, ou seja, ajustamento do indivíduo em seu ambiente, seu modo habitual de comportar-se e de resistir com equilíbrio às adversidades e/ou às pressões do cotidiano. Serão apuradas as seguintes características:

9.10. PERFIL E CONTRA PERFIL PSICOLÓGICO DO DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

Características/Dimensões	Mínimo exigido	Impeditivos
<b>CAPACIDADES NEUROCOGNITIVAS</b>		
Inteligência Geral: Capacidade de identificar e lidar com problemas simultaneamente, discriminando partes de um todo, englobando-as em uma percepção geral.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio inferior
Memória de reconhecimento: capacidade de identificar ou reconhecer informações previamente encontradas, vistas ou ouvidas.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio inferior
<b>FUNÇÕES EXECUTIVAS</b>		
Planejamento: capacidade de formular um conjunto estruturado de ações que direcionam a execução de tarefas com metas específicas. Envolve a previsão de obstáculos potenciais e a elaboração de estratégias de mitigação.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio inferior
Controle inibitório: Capacidade de suprimir respostas prepotentes ou automáticas que são inadequadas, permitindo a seleção de respostas mais apropriadas ao contexto	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Inibição muito acentuada/muito acima da média ou Excitação acentuada/muito acima da média em relação a amostra normativa
Controle de impulsos: refere-se à capacidade de retardar ou resistir a respostas impulsivas, favorecendo uma avaliação deliberada das ações antes da execução.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Presença de descontrole da impulsividade
Tomada de decisões: capacidade de avaliar alternativas e selecionar a melhor ação com base em uma análise criteriosa de objetivos, restrições, riscos e benefícios, antecipando as consequências das ações	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Reduzido/ abaixo da média
Organização: A habilidade de estruturar e sequenciar tarefas e materiais de maneira lógica e eficiente. Inclui a gestão eficaz do tempo e dos recursos disponíveis.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Reduzido/ abaixo da média
<b>ATENÇÃO E PROCESSAMENTO SENSORIAL</b>		
Atenção Concentrada: Perceber e discriminar partes, detalhes e diferenças de um todo.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio inferior
Atenção Difusa: Investigar, avaliar, classificar e padronizar as funções mentais relacionadas ao campo cognitivo, representadas basicamente pelos sistemas atentos, memória e raciocínio lógico.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio inferior
Integração visuo-motora: capacidade neurocognitiva de sincronizar a percepção visual com a execução de respostas motoras. Este processo envolve a integração eficiente de informações visuais com planejamento e controle motor para realizar ações coordenadas e precisas.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio inferior
Nível de Alerta e Vigilância: Refere-se à capacidade de mobilizar recursos neurocognitivos para enfrentar demandas e situações emergenciais. Este conceito envolve a regulação do sistema nervoso autônomo e a manutenção de níveis adequados da excitação fisiológica para garantir um desempenho adequado em tarefas variadas.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Reduzido/ abaixo da média em relação à amostra normativa
<b>ASPECTOS DE PERSONALIDADE</b>		
Nível de energia: refere-se à quantidade geral de vitalidade e vigor que um indivíduo possui para realizar atividades. É um determinante crucial da disposição para o trabalho e da capacidade de enfrentar desafios, mantendo um desempenho consistente	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Diminuído em relação a amostra normativa
Tônus emocional: refere-se ao estado geral de bem-estar e equilíbrio afetivo que influencia a capacidade de engajar-se em atividades e enfrentar desafios.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Capacidade abaixo da média para regulação do tônus emocional em relação a amostra normativa
Regulação da Agressividade: capacidade de manter a assertividade e a dominância sem recorrer a comportamentos impulsivos ou destrutivos.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Capacidade abaixo da média para regulação da agressividade em relação a amostra normativa
Regulação da impulsividade: Refere-se à capacidade de inibir respostas impulsivas e automáticas. Envolve a capacidade de adiar gratificação e avaliar as consequências de ações antes de sua execução.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Presença de descontrole da impulsividade em relação a amostra normativa
Regulação Emocional: Envolve a capacidade de modulação das respostas emocionais diante de situações inesperadas. Habilidade de aplicar estratégias de enfrentamento e controle emocional quando não há regras preestabelecidas.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Capacidade abaixo da média para regulação emocional em relação a amostra normativa
Capacidade de Influência e Motivação: Refere-se à habilidade de inspirar e orientar outros para alcançar objetivos comuns, relacionadas à empatia e ao entendimento social.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Desempenho muito inferior à média em relação a amostra normativa
Flexibilidade Cognitiva: Refere-se à habilidade de ajustar o pensamento e o comportamento em resposta a novas informações, mudanças no ambiente ou situações inesperadas. Esta capacidade envolve a função executiva, particularmente o controle executivo, e a capacidade de alterar estratégias ou abordagens de forma adaptativa.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Desempenho muito inferior à média em relação a amostra normativa
Competência Social e Relacional: Refere-se à habilidade de interagir de forma eficaz com outras pessoas, estabelecendo e mantendo relacionamentos interpessoais positivos e construtivos. Inclui a capacidade de comunicação eficaz, empatia, resolução de conflitos e compreensão emocional.	Desempenho em relação a amostra normativa	Médio Desempenho muito inferior à média em relação a amostra normativa



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202408200302500135.



- 9.11. A Avaliação Psicológica resultará em Laudo Psicológico descritivo e conclusivo, baseado nas técnicas e instrumentos utilizados.
- 9.12. O resultado da Avaliação Psicológica será efetuado pelos conceitos de "APTO" e "INAPTO"; e todos os resultados serão referendados pela(o) Presidente e por um dos Coordenadores da Banca Examinadora Supervisora.
- 9.13. Será considerado APTO o candidato que apresentar, na sua Avaliação Psicológica, resultados compatíveis com o perfil psicológico exigido para o exercício da carreira de Delegado de Polícia Substituto, constante no item 9.10 e subitens.
- 9.14. O candidato considerado APTO na Avaliação Psicológica prosseguirá nas demais etapas do Concurso Público.
- 9.15. Será considerado INAPTO o candidato que não apresentar na sua Avaliação Psicológica resultados compatíveis com o perfil psicológico, bem como apresentar características impeditivas ou incompatíveis, necessários ao exercício do cargo de Delegado de Polícia Substituto.
- 9.15.1. A inapetência na Avaliação Psicológica não significa, necessariamente, incapacidade intelectual e/ou existência de transtornos de personalidade. Indica apenas que o candidato não atendeu aos requisitos exigidos para o exercício do cargo pretendido.
- 9.15.2. O candidato considerado INAPTO será eliminado do certame.
- 9.16. A publicação dos Resultados Preliminar e Definitivo da Avaliação Psicológica listará apenas os candidatos APTOS, em obediência ao que preceitua o art. 6º da Resolução nº 002/2016 do CFP.
- 9.16.1. O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.
- 9.17. Será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e divulgado, nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.mg.gov.br](https://www.acadepol.mg.gov.br), bem como disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL, o resultado definitivo com a relação de candidatos considerados APTOS na Avaliação Psicológica.
- 9.18. Demais informações a respeito da etapa de Avaliação Psicológica constarão na Portaria de Convocação para essa etapa.
10. DA PROVA DE TÍTULOS
- 10.1. Somente serão julgados os títulos dos candidatos aprovados em todas as etapas anteriores.
- 10.2. O candidato deverá apresentar os títulos comprobatórios (imagem do documento original ou cópia autenticada, frente e verso), em campo específico em link disponibilizado no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, dentro do prazo a ser divulgado.
- 10.3. Não haverá, em nenhuma hipótese, outra data para o envio dos títulos.
- 10.4. O envio das imagens legíveis dos títulos é de inteira responsabilidade do candidato. A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por falhas de ordem técnica dos computadores dos interessados, que impeçam o envio dos documentos à FGV, bem como outros fatores alheios a suas responsabilidades que impossibilitem a transferência de dados.
- 10.5. O não envio dos títulos acarretará a atribuição de 0 (zero) ponto na Avaliação de Títulos.
- 10.6. Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via fax, via correio eletrônico e/ou via requerimento administrativo.
- 10.7. Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões "pdf", "jpeg" e "jpg". O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 5 MB.
- 10.8. É de inteira responsabilidade do candidato conferir se as imagens incluídas dizem respeito a cada item indicado no sistema de upload da FGV. As imagens que não forem condizentes com o item indicado serão desconsideradas para fins de análise.
- 10.9. Os candidatos deverão manter em seu poder os originais dos títulos apresentados, visto que, a qualquer tempo, poderá ser solicitada a sua apresentação.
- 10.10. É de inteira responsabilidade do candidato o fornecimento do título e a declaração de veracidade das informações prestadas.
- 10.11. Constatada a falsidade em qualquer declaração e/ou nos documentos apresentados, poder-se-á anular a inscrição, as provas, bem como tornar sem efeito a nomeação e a posse do candidato, em qualquer tempo, mesmo após o término das fases e da homologação do concurso.
- 10.12. O Candidato poderá ser responsabilizado penal, cível e administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a apresentar.
- 10.11. Os Títulos somente serão julgados e computados os seus pontos obedecendo rigorosamente a ordem de execução das etapas, face ao exposto no item 3 e subitens deste Edital.
- 10.12. A Prova de Títulos terá caráter classificatório e terá valor máximo de 20 (vinte) pontos.
- 10.13. Constituirão Títulos, para esse efeito, observados os seguintes critérios:

TÍTULO	Valor de cada título	Valor máximo do título
Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização "lato sensu"	3,0	3,0
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de mestrado	5,0	5,0
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de doutorado	6,0	6,0
Exercício em cargo público de natureza policial civil.	0,4 por ano completo (sem sobreposição de tempo)	6,0

- 10.14. Não serão aceitos Títulos nem substituições posteriormente ao período determinado.
- 10.15. A comprovação dos Títulos é ônus do candidato, pois a Banca Examinadora analisará apenas a documentação apresentada e não realizará diligências.
- 10.15.1. Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de especialização "lato sensu", será aceito o respectivo certificado expedido por instituição reconhecida pelo MEC, Conselho Estadual de Educação ou, alternativamente, declaração de conclusão de curso, acompanhada do respectivo histórico escolar no qual conste a carga horária, as disciplinas cursadas com as respectivas menções, atestando que o curso atende às normas da legislação vigente.
- 10.15.2. Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de mestrado ou de doutorado, será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de mestrado ou doutorado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, desde que acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as áreas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da tese ou da dissertação. Caso o histórico ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração não será aceito.
- 10.15.2.1. Os cursos de Especialização, de Mestrado, de Doutorado ou outro realizado em outro país, assim como os Diplomas e Títulos obtidos, somente serão considerados e computados como Títulos se estiverem traduzidos para a língua Portuguesa por tradutor juramentado e revalidados por Instituições de Ensino credenciadas pelo Ministério da Educação.
- 10.16. Para efeito de pontuação referente ao exercício de cargo público efetivo de natureza policial civil, o candidato deverá apresentar documento que indique o tempo de serviço líquido na carreira, emitida pelo setor de recursos humanos (ou equivalente) da respectiva instituição.
- 10.16.1. Não serão consideradas frações de ano e sobreposição de tempo para efeito de pontuação referente ao exercício de cargo público efetivo de natureza policial civil.
- 10.17. Quando o nome do candidato for diferente do constante do Título apresentado, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).
- 10.17.1. O resultado da Prova de Títulos será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e divulgado nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.mg.gov.br](http://www.acadepol.mg.gov.br), bem como disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall da ACADEPOL.
- 10.18. candidato poderá recorrer do resultado da Prova de Títulos, nos termos estabelecidos neste Edital no item dos recursos e seus subitens.
- 10.18.1. A Comissão do Concurso analisará o recurso e, entendendo serem coerentes os argumentos apresentados, determinará que uma Banca Examinadora Recursal reavalie os Títulos do candidato.
- 10.18.2. O resultado dos recursos será divulgado nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.mg.gov.br](http://www.acadepol.mg.gov.br) e disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.
- 10.18.3. A fundamentação da análise dos títulos, bem como do resultado dos recursos, será divulgada em consulta individual para o candidato no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.
- 10.19. Demais informações a respeito da etapa de Avaliação de Títulos constarão na Portaria de Convocação para essa etapa.
11. DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL
- 11.1. A investigação social, de caráter eliminatório, será procedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, entre os candidatos não eliminados nas etapas anteriores, observados os critérios definidos neste Edital.
- 11.2. O preenchimento do Boletim de Investigação Social e a apresentação de documentos pessoais poderão ser realizados em qualquer uma das etapas e de acordo com a conveniência administrativa, conforme convocação por Ato Oficial, em data oportuna, e divulgados nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.mg.gov.br](http://www.acadepol.mg.gov.br), bem como disponibilizados no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL, devendo o candidato estar pronto a fornecer dados a respeito da respectiva qualificação pessoal, referências sociais, familiares, bancárias e outras.
- 11.3. Para o preenchimento do Boletim de Investigação Social serão solicitados do candidato, entre outros, os seguintes dados: endereço atual e anteriores completos; telefone para contato; filiação; naturalidade; data de nascimento; tempo de residência atual e anteriores; especificação da unidade de ensino onde concluiu ou está cursando o curso de Bacharelado de Direito; profissão; número de dependentes; estado civil; CPF; Identidade; CNH; número do Título Eleitoral e da zona da Seção Eleitoral; Certificado de Reservista (candidatos do sexo masculino); renda individual e familiar; estabelecimento onde concluiu o grau de escolaridade especificado; dados pessoais do cônjuge e filhos; empregos atuais e anteriores; bens móveis ou imóveis; nome com endereço e telefone de duas ou mais pessoas que possam dar referências pessoais; participação em associações ou agremiações; e, caso tenha sido indiciado ou processado, deverá fornecer informações detalhadas.
- 11.3.1. Omissões ou informações inverídicas no preenchimento do "Boletim de Investigação Social" poderão acarretar a contraindicação do candidato e consequente exclusão do concurso.
- 11.4. A Investigação Social tem como objetivo verificar se o candidato ao cargo de Delegado de Polícia Substituto apresenta idoneidade moral e conduta compatíveis com as responsabilidades do cargo.
- 11.5. Serão analisados fatores como:
- prática de ato tipificado como ilícito penal;
  - prática, em caso de servidor público, de transgressões disciplinares;
  - prática de ato que possa importar em repercussão social de caráter negativo ou comprometer a função de segurança e confiabilidade da Instituição Policial;
  - dependência química (drogas lícitas e/ou ilícitas).
- 11.6. Os documentos comprobatórios de idoneidade e conduta relacionados a seguir deverão ser apresentados conforme locais, datas e horários definidos no ato próprio de convocação para esta etapa do concurso:
- 01 (uma) foto 3x4 (recente e colorida);
  - Documento oficial de identidade (fotocópia e original a ser devolvido);
  - Prova de quitação eleitoral (fotocópia do título de eleitor e comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral), acompanhada dos originais a serem devolvidos e Certidão de Quitação Eleitoral (Certidão Negativa de Pendência Eleitoral) do Tribunal Regional Eleitoral;
  - Certidão Negativa de Crimes Eleitorais emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral;
  - Documento oficial de Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF (fotocópia e original a ser devolvido);
  - Se do sexo masculino, prova de quitação com o serviço militar (fotocópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, ou ainda documento equivalente, acompanhado do original a ser devolvido);
  - Comprovante de residência (fotocópia e original a ser devolvido);
  - Declaração de próprio punho de não ter sido demitido a bem do serviço público, nos últimos cinco anos, nos termos da legislação vigente;
  - Certidão relativa aos assentos funcionais, expedida pelo órgão próprio (Unidade Corregedora), no caso de servidor público, com validade de no máximo 90 dias;
  - Certidão judicial dos cartórios civil, criminal, juizados especiais cível e criminal, e protestos de títulos das comarcas onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, com validade de no máximo 90 dias;
  - Certidão da Justiça Federal da jurisdição onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, com validade de no máximo 90 dias;
  - Folha ou atestado de antecedentes criminais, expedida pelo Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ou, no caso de residência em outro Estado, do respectivo congêneres, onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos e com validade de no máximo 90 dias;
  - Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Polícia Federal, com validade de no máximo 90 dias;
  - Certidão negativa de improbidade administrativa e inelegibilidade expedida pelo Conselho Nacional de Justiça.
- 11.6.1. Os documentos elencados no item anterior constituirão registros instrutórios do processo, que serão avaliados de forma conjunta com as demais informações coligadas, não possuindo, individualmente, caráter eliminatório.
- 11.7. Após colhidos os dados e os elementos necessários, a Banca Examinadora expedirá o relatório INDICANDO ou CONTRAINDICANDO o candidato.
- 11.7.1. A CONTRAINDICAÇÃO somente poderá ocorrer, após prévia sindicância levada a efeito, observados o contraditório e a ampla defesa, com emissão de relatório fundamentado e concordância expressa da maioria dos Membros da Banca Examinadora.
- 11.7.2. Emitido o relatório contraindicando o candidato, o(a) Presidente da Comissão de Concurso, considerando-o incompatível, homologará o relatório e editará ato excluindo o candidato do concurso.
- 11.7.3. A Investigação Social, sem que ocorra prejuízo ou venha gerar direito ao candidato, poderá estender-se durante todo o período de realização do concurso.
- 11.8. O resultado da Investigação Social será divulgado obedecendo rigorosamente a ordem de execução das etapas, face ao exposto no item 3 e subitens deste Edital.
- 11.8.1. O resultado da Investigação Social será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e divulgado nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.mg.gov.br](http://www.acadepol.mg.gov.br), bem como disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall da ACADEPOL.
- 11.9. Ao candidato considerado CONTRAINDICADO na etapa da Investigação Social será concedido o direito de recorrer da decisão, nos termos estabelecidos neste Edital no item dos recursos e seus subitens.
- 11.9.1. O resultado dos recursos será divulgado nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.mg.gov.br](http://www.acadepol.mg.gov.br), bem como disponibilizado no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.
- 11.10. Demais informações a respeito da etapa da Investigação Social constarão na Portaria de Convocação para essa etapa.

12. DOS RECURSOS
- 12.1. Caberá recurso fundamentado, dirigido em única e última instância à Comissão do Concurso contra todas as decisões proferidas no âmbito deste Concurso Público, que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos:
- anulação e cancelamento da inscrição, de que trata o item 2.1.3.
  - indeferimento dos pedidos de inscrição do valor da inscrição e indeferimento da devolução do valor da inscrição.
  - indeferimento da inscrição.
  - indeferimento do pedido de atendimento especial para realização da prova.
  - indeferimento do pedido de concorrer na condição de pessoa com deficiência.
  - questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar.
  - totalização dos pontos obtidos na Prova Objetiva, desde que se refira a erro de cálculo das notas.
  - resultado da Prova Dissertativa.
  - resultado da Prova Oral.
  - resultado da Prova de Verificação da Deficiência.
  - resultado das etapas dos Exames Biomédicos/Biofísicos.
  - resultado da Avaliação Psicológica.
  - resultado da Prova de Títulos.
  - resultado da Investigação Social.
- 12.2. O candidato que desejar interpor os recursos disporá de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de publicação do objeto do recurso, ressalvado o item 12.3.6.7. O prazo previsto para a interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
- 12.3. Para a apresentação de recursos, o candidato deverá acessar o link correspondente ao objeto do recurso no endereço eletrônico da FGV <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.
- 12.3.1. No caso do recurso contra Indeferimento da inscrição por problemas ocasionados no pagamento do valor da inscrição, deverá ser anexado, obrigatoriamente, cópia legível do comprovante de pagamento do valor da inscrição, bem como toda a documentação e todas as informações que o candidato julgar necessárias para a comprovação da regularidade do pagamento.
- 12.3.2. No caso do recurso previsto contra Questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar, serão divulgados os gabaritos e as questões da Prova Objetiva nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.mg.gov.br](http://www.acadepol.mg.gov.br) em até 3 (três) dias úteis após a sua realização.
- Havendo alteração do Gabarito Oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito revisado.
- 12.3.3. No caso de recurso contra a Totalização dos pontos obtidos na Prova Objetiva, o candidato deverá registrar o total de pontos obtidos e o total de pontos publicados. A imagem digitalizada da Folha de Respostas da Prova Objetiva será disponibilizada pela FGV, para consulta individual, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, na mesma data da divulgação das notas.
- 12.3.4. No caso de recurso contra o Resultado da Prova Dissertativa, a FGV disponibilizará a imagem digitalizada da prova e de sua correção, para consulta individual, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, na mesma data da divulgação das notas.
- 12.3.5. Os recursos contra as Questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar e contra o Resultado da Prova Dissertativa deverão obedecer às seguintes especificações:
- não conter qualquer identificação do candidato no corpo do texto de argumentação lógica do recurso;
  - ser elaborado com argumentação lógica, consistente e acrescido de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seu questionamento;
  - apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso.
- 12.3.6. No caso de recurso contra o resultado da Avaliação Psicológica, o candidato considerado INAPTO poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do Resultado Preliminar, solicitar a Entrevista de Devolução, que tem por objetivo esclarecer dúvidas a respeito da Avaliação Psicológica e dos motivos que determinaram sua reprovação. A Entrevista de Devolução será realizada na data e no local previamente agendados após a solicitação do candidato.
- 12.3.6.1. No comparecimento à Entrevista de Devolução, o candidato pode ou não estar acompanhado de um psicólogo. Caso esteja, este deverá, obrigatoriamente, estar inscrito no Conselho Regional de Psicologia – CRP, comprovando tal situação mediante a apresentação da Declaração da Situação Profissional, expedida pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP, para exercer o direito de vista da Avaliação Psicológica. Nessa oportunidade, será lavrada ata do atendimento, devendo o psicólogo do candidato declarar, em formulário próprio, que possui conhecimento técnico dos instrumentos psicológicos utilizados no exame, atendo-se a eles, na fundamentação de seu recurso.
- 12.3.6.2. A entrevista de devolução será exclusivamente de caráter informativo para esclarecimento do motivo da inapetência do candidato ao processo seletivo, não sendo, em hipótese alguma, considerada como uma nova oportunidade de realização dos testes.
- 12.3.6.3. As despesas relativas à contratação do psicólogo indicado pelo candidato ocorrerão por conta do recorrente.
- 12.3.6.4. O candidato que não quiser nomear um psicólogo para analisar seus exames e apresentar tecnicamente sua defesa terá direito de vista do material produzido e do resultado de sua avaliação, sendo também lavrada a ata do atendimento ao pedido com a devida manifestação do candidato.
- 12.3.6.5. Não será permitida a retirada dos testes do candidato do seu local de arquivamento, devendo o psicólogo indicado pelo candidato, ou o próprio candidato, analisar o material psicológico produzido, na presença do(a) Presidente da Banca Examinadora Supervisora.
- 12.3.6.6. Não será permitido ao candidato, nem ao psicólogo que o acompanha, gravar a sessão de Entrevista de Devolução, tampouco fotografar e/ou reproduzir os testes psicológicos e as folhas de respostas da sua Avaliação Psicológica.
- 12.3.6.7. O candidato considerado INAPTO na Avaliação Psicológica poderá recorrer da decisão na forma prevista neste Edital no item dos recursos e em seus subitens. O período de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso será contado a partir do dia subsequente da realização da Entrevista Devolutiva.
- 12.4. Cada candidato poderá interpor apenas um recurso por questão ou objeto.
- 12.5. Serão indeferidos os recursos que:
- Não estiverem devidamente fundamentados.
  - Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes.
  - Estiverem em desacordo com as especificações determinadas neste Edital.
  - Estiverem fora do prazo estabelecido.
  - Apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada no formulário.
  - Forem apresentados contra terceiros.
  - Forem interpostos coletivamente.
  - Apresentarem teor que desrespeite a Banca Examinadora.
- 12.6. Serão indeferidos, liminarmente, os recursos que foram encaminhados por outros meios ou fora do formato especificado neste Edital.
- 12.7. Se, após o exame do recurso, resultar anulação de questão ou de item de questão, relativamente à Prova Objetiva, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de interposição de recursos administrativos ou de decisão judicial. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.
- 12.8. Se houver alteração do gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito revisado.
- 12.9. Caso a argumentação apresentada em qualquer recurso seja considerada procedente, poderá haver alteração da nota inicial obtida para uma nota superior ou inferior ou ainda a desclassificação do candidato.
- 12.10. Na ocorrência dos dispostos nos itens 12.7, 12.8 e 12.9, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.
- 12.11. O resultado das decisões dos recursos será divulgado em consulta individual para o candidato no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.
- 12.12. A Banca Examinadora constituirá única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 12.12.1. Em nenhuma hipótese será aceita a revisão de recurso. As decisões dos recursos possuem caráter terminativo e não serão objeto de reexame.
13. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
- 13.1. Concluídas todas as etapas do certame, será processada a apuração da classificação final do concurso.
- 13.2. A classificação final dos candidatos será processada pelo critério decrescente do somatório dos pontos obtidos nas Provas Objetiva, Dissertativa, Oral e Títulos, e será homologada por Ato Oficial da Comissão do Concurso.
- 13.3. Para efeito de desempate entre os candidatos aprovados e classificados, em ordem decrescente, com a mesma pontuação, inclusive os candidatos com deficiência, a classificação final obedecerá ao seguinte critério:
- Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até a data a ser procedido o desempate, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.
- a) Caso exista mais de um candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, será dada preferência ao candidato de idade mais elevada, considerando o ano, mês e dia de nascimento.
- Maior número de pontos obtidos na Prova Oral de Direito Penal e Legislação Penal Extravagante.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Oral de Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Oral de Direito Administrativo.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Oral de Direito Constitucional.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Dissertativa de Direito Penal e Legislação Penal Extravagante.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Dissertativa de Direito Processual Penal e Legislação Processual Extravagante.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Dissertativa de Direito Administrativo.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Dissertativa de Direito Constitucional.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Penal e Legislação Penal Extravagante.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Administrativo.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Constitucional.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Medicina Legal.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direitos Humanos.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Criminologia.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova Objetiva de Direito Civil.
  - Maior número de pontos obtidos na Prova de Títulos.
  - Tiver exercido a função de jurado, nos termos do artigo 440 do Código de Processo Penal.
  - Maior idade, considerando ano, mês e dia de nascimento.
- 13.3.1. Para fins de comprovação da função a que se refere a alínea "i" do subitem 13.3, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelo Ministério Público, Tribunais de Justiça estaduais e federais do país, relativos à função de jurado, nos termos do Art. 440 do Código de Processo Penal, que deverão ser anexados no momento da inscrição, no "Requerimento Eletrônico de Inscrição".
- 13.4. A classificação final dos candidatos será feita em duas listas, contendo a primeira a classificação, em ordem decrescente, de todos os candidatos, inclusive dos candidatos com deficiência, e a segunda, somente com a classificação, em ordem decrescente, destes últimos.
- 13.4.1. A classificação final do certame será publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e também divulgada nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e [www.acadepol.mg.gov.br](http://www.acadepol.mg.gov.br), bem como disponibilizada no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.
14. DO PROVIMENTO DO CARGO – NOMEAÇÃO
- 14.1. Concluído o concurso público e homologado o resultado final, a nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste Edital obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do concurso e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.
- 14.2. O candidato com deficiência, aprovado e classificado em ordem decrescente de pontuação, será nomeado observada a estrita ordem de classificação. A cada dez nomeações na carreira, uma será destinada a candidato aprovado na lista de pessoas com deficiência, observada sua classificação nesta concorrência, bem como o disposto no subitem 1.11.6.1 e observado que a primeira nomeação de candidato com deficiência será a quinta vaga.
- 14.3. A nomeação de um candidato aprovado e classificado como pessoa com deficiência ensejará a dedução dessa vaga do quantitativo de vagas estabelecido neste edital para o caso de aprovação do candidato com deficiência, observado o limite de vagas reservadas conforme dispõe a Lei nº 11.867/95 e suas alterações.
- 14.4. Os candidatos aprovados e classificados no concurso público regido pelo presente Edital submetem-se à publicação de ato de nomeação pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais.
- 14.5. A nomeação do candidato ao cargo de Delegado de Polícia Substituto fica condicionada ao atendimento das condições e requisitos legais constantes deste Edital e da legislação vigente, bem como das necessidades e possibilidades da Administração Pública; e a aprovação no Concurso Público dentro do número de vagas ofertadas.
15. POSSE/EXERCÍCIO
- 15.1. Os candidatos nomeados serão convocados para tomarem posse, oportunidade em que deverão apresentar toda a documentação necessária para tal ato, precedida de exame admissional.
- 15.1.1. A documentação necessária será devidamente enumerada no ato de convocação para a posse.
- 15.2. Após tomar posse, o candidato passará a condição de servidor público e deverá, nos termos do art. 83 da Lei Complementar nº 129/2013, ser obrigatoriamente matriculado no Curso de Formação Técnico-Profissional, desenvolvido pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, fazendo jus à percepção do valor correspondente à remuneração atribuída ao primeiro grau do nível inicial da carreira de Delegado de Polícia Substituto.
- 15.3. Após a nomeação e posse, o servidor cumprirá estágio probatório, nos termos da legislação vigente, em especial o art. 41 da Constituição da República/1988.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202408200302500136.



## 16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 As provas, testes, avaliações e exames atinentes a todas as etapas deste concurso serão realizados em Belo Horizonte.
- 16.2 O Curso de Formação Técnico-Profissional a ser desenvolvido pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais também ocorrerá na cidade de Belo Horizonte.
- 16.3 A ausência do candidato a qualquer das etapas implicará a tácita desistência e a automática exclusão do Concurso Público, considerados sem efeitos, para todos os fins, os exames que tiverem sido prestados nas etapas anteriores.
- 16.4 O prazo de validade do presente Concurso Público é de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, por igual período (art. 37, inciso III, da Constituição da República/1988), a contar da data da publicação de sua homologação.
- 16.5 De acordo com a legislação processual civil em vigor, o foro da Comarca de Belo Horizonte é o competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente Concurso Público.
- 16.6 Os casos omissos relativos ao Concurso serão resolvidos pelo(a) Presidente da Comissão de Concurso da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, ouvida a FGV no que couber.
- 16.7 Poderá ser eliminado deste Concurso Público o candidato que praticar qualquer uma das ações abaixo:
- Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais determinados para realização das provas/etapas.
  - Não apresentar documento de identidade na forma estabelecida neste Edital.
  - Estabelecer, por qualquer método, comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público.
  - Portar armas na sala/local de prova, ainda que de posse de documento oficial de licença de porte de armas.
  - Ausentar-se da sala/local de provas sem o acompanhamento do fiscal, deixar o local de provas antes de decorrido o tempo mínimo de prova previsto neste Edital ou deixar o local durante a realização das provas sem a devida autorização.
  - Durante a realização das provas, fizer ou tentar fazer uso de anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual não permitido neste Edital, com exceção do previsto no item 4.2.10.
  - For surpreendido usando e/ou portando alguns dos objetos ou equipamentos proibidos indicados nos itens deste Edital.
  - Ao terminar o tempo de duração das provas, NÃO entregar ao fiscal de sala as Folhas de Respostas devidamente assinadas e os Cadernos de Provas Objetivas e/ou Dissertativas, com exceção do previsto nos itens 4.1.11.3.1 e 4.2.3.2.1. A falta de assinatura nas Folhas de Respostas acarretará a eliminação do candidato, uma vez que inviabiliza a sua real identificação.
  - Não marcar ou marcar duplamente o tipo de prova, na Folha de Respostas das Provas Objetivas.
  - Assinar ou rubricar, ou apor em qualquer local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique os candidatos.
  - Deixar de atender às normas contidas nos Cadernos das Provas Objetivas e Dissertativas e nas Folhas de Respostas e demais orientações expedidas pela FGV ou ACADEPOL.
  - Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, bem como descumprir as normas e regulamentos estabelecidos neste Edital, durante a realização das provas/etapas.
  - Não permitir a coleta de sua assinatura ou se recusar a submeter-se ao sistema de detecção de metal.
  - Praticar ato de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, fiscais, autoridades ou funcionários presentes.
  - Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas/etapas.
  - Nestes casos, a FGV lavrará ocorrência e parecer conclusivo, e, em seguida, encaminhará o referido documento para a Comissão do Concurso da ACADEPOL a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, ouvida a FGV no que couber.
  - Declarar falsas ou inexatas, em qualquer hipótese e/ou fornecimento de dados, quer sejam aqueles constantes no Boletim de Informações para efeitos de Investigação Social, bem como a apresentação de documentos falsos, determinar o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
  - O cancelamento e a anulação de todos os atos somente poderão ocorrer mediante a garantia dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
  - 10.10 ACADEPOL e a FGV eximem-se das despesas e reembolso com deslocamento dos candidatos nos dias de realização de quaisquer provas, exames, avaliações, contratação de qualquer natureza relativa à participação dos candidatos neste Concurso, ressalvada a única exceção prevista na Devolução do Valor de Inscrição.
  - 11.1 ACADEPOL procederá a guarda de toda documentação relativa ao concurso, observando os termos da legislação vigente, em especial a Lei nº 19.420, de 10 de Janeiro de 2011 e o Decreto Estadual nº 46.398, de 27 de dezembro de 2013 e alterações.
  - 11.1.1 Os documentos relativos aos candidatos aprovados e constantes da publicação de homologação serão imediatamente encaminhados à Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal, para conhecimento e providências necessárias à formatação dos demais atos e registros.
  - 12.12 ACADEPOL e a FGV não se responsabilizam por qualquer curso, textos ou apostilas referentes a este concurso público.
  - 16.13 Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer informações complementares e/ou erratas relativas a este concurso que vierem a ser publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e também divulgadas nos endereços eletrônicos <<https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmg24>> e <[www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br](http://www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br)>, bem como disponibilizadas no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL.
  - 16.14 Integram o presente Edital os seguintes Anexos:
    - Anexo I - Conteúdo Programático;
    - Anexo II - Exames Biomédicos;
    - Anexo III - Exames Biofísicos;
    - Anexo IV - Modelo "A" (Laudo Médico) e Modelo "B" (Relatório Médico de Avaliação Psiquiátrica);
 Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 19 de agosto de 2024.

Yukari Miyata  
Presidente da Comissão de Concurso  
Academia de Polícia Civil de Minas Gerais

DE ACORDO:  
Leticia Baptista Gamboja Reis  
Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

ANEXO I  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO  
DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## 1. DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1.1. Natureza jurídica e conceito. 1.1.2. Objeto e abrangência. 1.1.3. Princípios constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro. 1.2. Administração Pública. 1.2.1. Conceito. 1.2.2. Regimes Público e Privado na Administração Pública. 1.2.3. Regime Jurídico Administrativo. 1.2.4. Princípios da Administração Pública. 1.2.5. Organização Administrativa: 1.2.5.1. Centralização, descentralização, desconcentração. 1.2.5.2. Administração direta. Administração indireta e Entidades Paraestatais. 1.2.5.3. Autarquias. 1.2.5.4. Fundações Públicas. 1.2.5.5. Empresas públicas e sociedades de economia mista. 1.2.5.6. Parcerias entre a Administração Pública e o Terceiro Setor. 1.3. Servidores Públicos. 1.3.1. Agentes públicos. 1.3.2. Classificação dos agentes públicos. 1.3.3. Os servidores estatais na CR/88. 1.3.4. Os cargos públicos. 1.3.5. Provenimento em cargo público: Conceito e formas. 1.3.6. Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários. 1.3.7. Sindicância e Processo Administrativo. 1.4. Poderes da Administração Pública. 1.4.1. Poder vinculado. 1.4.2. Poder discricionário. 1.4.3. Poder normativo ou Poder regulamentar. 1.4.4. Poder hierárquico. 1.4.5. Poder disciplinar. 1.4.6. Poder de polícia. 1.5. Atos Administrativos. 1.5.1. Conceito. 1.5.2. Classificação. 1.5.3. Atributos. 1.5.4. Elementos ou requisitos. 1.5.5. Discricionariedade e vinculação. 1.5.6. Espécies de atos administrativos. 1.5.7. Extinção. 1.5.8. Convalidação. 1.5.9. Conversão. 1.6. Controle da Administração Pública. 1.6.1. Conceito. 1.6.2. Classificação das formas de controle. 1.6.3. Controle administrativo. 1.6.4. Controle legislativo. 1.6.5. Controle judicial. 1.7. Responsabilidade Extracontratual do Estado. 1.7.1. Conceito. 1.7.2. Evolução. 1.7.3. Responsabilidade Objetiva da Administração Pública (art. 37, §6º da CR/88). 1.7.4. Responsabilidade Subjetiva da Administração Pública. 1.7.5. Causas Excludentes e atenuantes da responsabilidade. 1.7.6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos. 1.7.7. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais. 1.7.8. Reparação do dano. 1.8. Constituição da República Federativa do Brasil: art. 37 ao art.43. 1.9. Constituição do Estado de Minas Gerais: art. 13 ao art. 38. 1.10. Lei Complementar Estadual nº 129/2013 - Lei Orgânica da Polícia Civil (atualizada). 1.11. Lei Estadual nº 5.406/69 – Lei Orgânica da Polícia Civil (parcialmente revogada): Regime disciplinar (Art. 142 ao art. 205). 1.12. Decreto Estadual nº 46.549/2014 (Regulamento do Plano de Carreira dos Policiais Cíveis do Estado de Minas Gerais). 1.13. Lei Federal nº 8.429/92 (atualizada). 1.14. Lei Federal nº 9.784/99 (atualizada). 1.15. Lei Federal nº 12.016/2009 (atualizada). 1.16. Lei Federal nº 13.303/2016 (atualizada).
2. LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 2.1 Lei Estadual nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969: 2.1.1 Livro V - Estatuto do servidor policial 2.1.1.1 Título XVII - Regime Disciplinar 2.1.1.1.1 Capítulo I - Transgressões Disciplináveis 2.1.1.1.1.1 Seção I - Classificação 2.1.1.1.1.2 Seção II - Causas e Circunstâncias que Influem no Julgamento 2.1.1.1.2 Capítulo II - Penalidades 2.1.1.1.3 Capítulo III - Competência para Imposição de Penalidades 2.1.1.1.4 Capítulo IV - Prisão Administrativa e Suspensão Preventiva 2.1.1.1.5 Capítulo V - Procedimento Administrativo 2.1.1.1.5.1 Seção I - Instauração do Processo 2.1.1.1.5.2 Seção II - Sindicância 2.1.1.1.5.3 Seção III - Comissões Processantes Permanentes 2.1.1.1.6 Capítulo VI - Atos e Termos Processuais 2.1.1.1.7 Capítulo VII - Processo por Abandono de Cargo ou Função 2.1.1.1.8 Capítulo VIII - Revisão de Processo Administrativo 2.2 Lei Complementar Estadual nº 129, de 08 de novembro de 2013 2.2.1 Título I - Disposições Gerais 2.2.1.1 Capítulo I - Disposições Preliminares 2.2.1.2 Capítulo II - Da Competência 2.2.2 Título II - Da Organização 2.2.2.1 Capítulo I - Da Estrutura Orgânica 2.2.2.2 Capítulo II - Da Administração Superior 2.2.2.3 Capítulo I - Da Chefia da PCMG 2.2.2.3.2 Seção II - Da Chefia Adjunta da PCMG 2.2.2.3.3 Seção III - Do Conselho Superior da PCMG 2.2.2.3.1 Subseção I - Do Órgão Especial 2.2.2.3.2 Subseção II - Da Câmara Disciplinar 2.2.2.3.3 Subseção III - Da Câmara de Planejamento e Orçamento 2.2.2.4 Seção IV - Da Corregedoria-Geral de Polícia Civil 2.2.2.3 Capítulo III - Da Administração 2.2.2.3.1 Seção I - Do Gabinete da Chefia da PCMG 2.2.2.3.2 Seção II - Da Academia de Polícia Civil 2.2.2.3.3 Seção IV - Da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária 2.2.2.3.4 Seção V - Da Superintendência de Informações e Inteligência Policial 2.2.2.3.5 Seção VI - Da Superintendência de Polícia Técnico-Científica 2.2.2.3.6 Seção VII - da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças 2.2.3 Título III - Do Estatuto dos Policiais Cíveis 2.2.3.1 Capítulo I - Das Prerrogativas 2.2.3.2 Capítulo II - Dos Direitos 2.2.3.2.1 Seção I - Dos Direitos dos Policiais Cíveis 2.2.3.2.2 Seção II - Das Indenizações e das Gratificações 2.2.3.3 Capítulo III - Da Remoção 2.2.3.4 Capítulo IV - Do Regime de Trabalho do Policial Civil 2.2.3.5 Capítulo V - Das Licenças, dos Afastamentos e das Disponibilidades 2.2.3.5.1 Seção I - Das Licenças 2.2.3.5.2 Seção II - Dos Afastamentos e das Disponibilidades 2.2.3.6 Capítulo VI - Da Aposentadoria, dos Proventos e da Pensão Especial 2.2.3.6.1 Seção I - Da Aposentadoria 2.2.3.6.2 Seção II - Dos Proventos 2.2.3.6.3 Seção III - Da Pensão Especial 2.2.4 Título IV - Das Carreiras Policiais Cíveis 2.2.4.1 Capítulo I - Disposições Gerais 2.2.4.2 Capítulo II - Do Ingresso 2.2.4.3 Capítulo III - Do Estágio Probatório 2.2.4.4 Capítulo IV - Do Desenvolvimento na Carreira 2.2.4.5 Capítulo V - Do Adicional de Desempenho 2.2.5 Título V - Disposições Finais 2.2.6 Anexo I (a que se refere o art. 77 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013) 2.2.7 Anexo II (a que se refere o § 1º do art. 79 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013) 2.2.8 Anexo III (a que se refere o art. 108 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013)

## 3. DIREITO CONSTITUCIONAL

- 3.1 Constituição: Conceito, concepções, teorias e classificação. 3.2 Teoria das normas constitucionais: Conceito, classificação e aplicabilidade. 3.3 Hermenêutica, interpretação e aplicação da Constituição. 3.3.1 Princípios e regras de interpretação da Constituição. 3.3.1.1 Interpretação conforme a Constituição: com redução do texto e sem redução do texto. 3.3.1.2. A nova interpretação constitucional. O novo Direito Constitucional Brasileiro. 3.4 Dinâmica constitucional: recepção, desconstitucionalização e repristinação. Mutação constitucional. 3.5 Teoria do Poder Constituinte: Originário, Derivado e Decorrente. 3.5.1 Reforma e Revisão Constitucional. 3.6 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 3.7 Preâmbulo, normas programáticas e princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 3.7.1 Forma de Estado e de Governo, Sistema de Governo e Regime Político. 3.7.2 Estado Democrático de Direito: Fundamento, conceito e implicações. 3.7.3 Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3.7.3.1 Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. 3.7.3.1.1 Fundamentos constitucionais e doutrinários dos princípios da legalidade e isonomia. 3.7.3.1.2 Regime constitucional da propriedade. 3.7.3.1.3 Tutela Constitucional das Liberdades: Habeas Corpus, Habeas Data, Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Individual e Coletivo, Mandado de Injunção, Direito de Petição. 3.7.3.2 Direitos Sociais. 3.7.3.3 Nacionalidade. 3.7.3.4 Direitos Políticos. 3.8 Da Organização do Estado: Organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil. 3.8.1 União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. 3.8.2 Da intervenção federal e dos Estados nos Municípios. 3.8.3 Da Administração Pública: Princípios constitucionais e servidores públicos. 3.9 Da Organização dos Poderes: Estrutura. 3.9.1 Poder Legislativo. 3.9.1.1 Do Processo Legislativo. 3.9.1.1.1 Judicialização do processo legislativo. 3.9.2 Poder Executivo. 3.9.3 Poder Judiciário. 3.9.3.1 Do Conselho Nacional de Justiça. 3.10 Funções essenciais à Justiça. 3.10.1 Do Ministério Público. 3.10.2 Da Advocacia Pública. 3.10.3 Da Advocacia e da Defensoria Pública. 3.11 Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 3.11.1 Do estado de defesa e do estado de sítio. 3.11.2 Das Forças Armadas. 3.11.3 Da Segurança Pública. 3.12 Jurisdição constitucional e controle de constitucionalidade. 3.12.1 Teoria do Controle de Constitucionalidade: os sistemas Austriaco e Norte-Americano. 3.12.1.1 Controle difuso. 3.12.1.2 Controle concentrado. 3.12.1.3 Ações e processamento no Supremo Tribunal Federal: Leis nº 9.868/99 e nº 9.882/99. 3.12.1.3.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade. 3.12.1.3.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. 3.12.1.3.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade. 3.12.1.3.4 Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental. 3.13 A Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989. 3.13.1 Dos Serviços Públicos. 3.13.2 Dos Servidores Públicos. 3.13.2.1 Dos Servidores Policiais Cíveis e dos Militares do Estado. 3.13.3 Da segurança do cidadão e da sociedade. 3.13.3.1 Da Defesa Social. 3.13.3.2 Da Segurança Pública.

## 4. DIREITO CIVIL

- 4.1 Direito Civil: 4.1.1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 4.1.2. Vigência, aplicação, obrigatoriedade. 4.1.3. Conflito das leis no tempo. 4.1.4. Eficácia das leis no espaço. 4.2. Pessoas naturais. 4.2.1. Conceito. 4.2.2. Início da pessoa natural. 4.2.3. Personalidade. 4.2.4. Capacidade. 4.2.5. Direitos da personalidade. 4.2.6. Domicílio. 4.3. Pessoas jurídicas. 4.3.1. Disposições Gerais. 4.3.2. Constituição. 4.3.3. Extinção. 4.4. Bens imóveis, móveis e públicos. 4.5. Fato jurídico. 4.6. Prescrição. 4.6.1. Disposições gerais. 4.7. Decadência. 4.8. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 4.8.1. Obrigação de indenizar. 4.8.2. Dano material. 4.8.3. Dano moral. 4.9. Lei nº 8.078/1990. 4.9.1. Consumidor. 4.9.2. Fornecedor. 4.10. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). 4.10.1. Disposições preliminares. 4.10.2. Direitos fundamentais.
5. DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE
- 5.1. Conceito, funções e características do Direito Penal. Evolução do Direito Penal e do Direito Penal brasileiro. Fontes e princípios do Direito Penal. Doutrinas, escolas e tendências penais. Direito penal do fato e do autor. Direito penal do inimigo. 5.2. Teoria da norma penal. Lei penal: fontes, características, interpretação, integração, vigência e aplicação. A lei penal no tempo e no espaço. A lei penal em relação às pessoas. Conflito aparente de normas. 5.3. Teoria do crime: conceito de crime, evolução histórica e principais sistemas. Bem jurídico. Dano e perigo. Teoria da conduta. Condutas comissivas e omissivas. Classificação das infrações penais. 5.4. Teoria do tipo penal. Classificações. Tipicidade. Tipos dolosos

- e culposos. Fases de realização do crime. Consumação e tentativa. Exaurimento. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Relação de causalidade. Imputação. Imputação objetiva. 5.5. Ilícitude e causas excludentes. Culpaabilidade e dolo. Imputabilidade penal. Erro de tipo e de proibição. 5.6. Do concurso de pessoas. 5.7. Teoria geral das penas. Penas em espécie. Aplicação, dosimetria e regime de cumprimento das penas. Suspensão condicional da Pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. 5.8. Medidas de segurança. 5.9. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Limites das penas. 5.10. Ação penal. 5.11. Extinção da punibilidade. 5.12. Crimes contra a pessoa. 5.13. Crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. 5.14. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. 5.15. Crimes contra a dignidade sexual. 5.16. Crimes contra a família. 5.17. Crimes contra a incolumidade pública. 5.18. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. 5.19. Crimes contra a administração pública. 5.20. Legislação Penal Extravagante: 5.20.1. Princípios básicos. 5.20.2. Aplicação da lei penal. 5.20.3. A lei penal no tempo e no espaço. 5.20.4. Tempo e lugar do crime. 5.21. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 5.22. Crimes. 5.22.1. Classificação. 5.22.2. O fato típico e seus elementos. 5.22.3. Crime consumado e tentado. 5.22.4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 5.22.5. Crimes impossíveis. 5.22.6. Dolo e culpa. 5.22.7. Erro. 5.22.8. Ilícitude e causas de exclusão. 5.22.9. Excesso punível. 5.22.10. Culpaabilidade. 5.22.11. Concurso de pessoas. 5.22.12. Concurso de crimes. 5.23. Pena: espécies e aplicação. 5.23.1. Extinção da punibilidade. 5.24. Crimes em Espécie. 5.24.1. Crimes contra a pessoa; 5.24.2. Crimes contra o patrimônio; 5.24.3. Crimes contra a Propriedade Imaterial; 5.24.4. Crimes contra a Dignidade Sexual; 5.24.5. Crimes contra a Incolumidade Pública; 5.24.6. Crimes contra a Paz Pública; 5.24.7. Crimes contra a Fé Pública; 5.24.8. Crimes contra a Administração Pública.

## 6. DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PELA EXTRAVAGANTE

- 6.1 Sistemas processuais. 6.1.1 Inquisitivo. 6.1.2 Acusatório. 6.1.3 Misto. 6.2 Princípios Jurídicos e Políticos do Processo Penal. 6.3 Interpretação da Lei Processual Penal. 6.4 Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço. 6.5. Inquérito policial: 6.5.1 Histórico; 6.5.2. natureza; 6.5.3. conceito; 6.5.4. finalidade; 6.5.5. características; 6.5.6. fundamento; 6.5.7. titularidade; 6.22.8. grau de cognição; 6.22.9. valor probatório; 6.5.10. formas de instauração; 6.5.11. notícia criminis; 6.5.12. delato; 6.5.13. procedimentos investigativos; 6.5.14. indiciamento; 6.5.15. garantias do investigado; conclusão. 6.6 Prisão Provisória. 6.6.1 Prisão em Flagrante. 6.6.2 Prisão Preventiva. 6.6.3 Prisão Temporária. 6.7 Liberdade Provisória. 6.7.1 Liberdade Permitida e Liberdade Vedada. 6.7.2 Liberdade Provisória com fiança. 6.7.3 Liberdade Provisória sem fiança. 6.7.4 Liberdade Obrigatória e Termo de Compromisso de Comparecimento. 6.8 Medidas cautelares. 6.8.1 Prisão domiciliar. 6.8.2 Comparecimento periódico em juízo. 6.8.3 Proibição de acesso e frequência a determinado lugares. 6.8.4 Proibição de manter contato com determinada pessoa. 6.8.5 Proibição de ausentar da comarca. 6.8.6 Recolhimento domiciliar. 6.8.7 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade econômica/financeira. 6.8.8 Interação provisória. 6.8.9 Fiança. 6.8.10 Monitoração eletrônica. 6.9 Ação Penal. 6.9.1 Classificação e Titularidade. 6.9.2 Condições. 6.9.3 Decadência, prescrição, perempção, renúncia, perdão e preclusão. 6.10 Sujeitos Processuais. 6.10.1 Juiz. 6.10.2 Ministério Público. 6.10.3 Acusado e seu Defensor. 6.11 Jurisdição e Competência. 6.11.1 Competência racione loci. 6.11.2 Competência racione materiae. 6.11.3 Competência racione personae. 6.11.4 Conexão e Continência. 6.11.5 Foro Prevalente. 6.12 Procedimentos Comuns e Especiais. 6.13 Justiça Penal Consensual. 6.13.1 Juizado Especial Criminal, Código de Trânsito Brasileiro, Meio Ambiente, Lei de Drogas, Processos de Competência Originária. 6.13.2 Institutos Despenalizadores. 6.13.2.1 Transação Penal. 6.13.2.2 Composição Civil Extintiva de Punibilidade. 6.13.2.3 Suspensão Condicional do Processo. 6.13.2.4 Acordo de Não Persecução Penal. 6.14 Sentença. 6.15 Prova. 6.15.1 Provas Licitas. 6.15.2 Provas Illegítimas. 6.15.3 Quebra de Sigilos Constitucionalmente Protegidos. 6.16 Nulidades. 6.17 Recursos. 6.17.1 Recursos em Geral. 6.17.2 Recursos em Espécie. 6.18 Questões e Processos Incidentes. 6.18.1 Prejudiciais e Exceções. 6.18.2 Suspensão e Impedimento. 6.18.3 Conflito de Jurisdição. 6.18.4 Medidas assercuratórias. 6.18.5 Incidente de insanidade mental. 6.19 Atos de Comunicação Processual. 6.19.1 Citação, intimação e notificação. 6.20 Execução Penal. 6.21 Legislação Processual Penal Extravagante. Lei nº 4.898/1965 (atualizada) - Lei de Abuso de Autoridade. Lei nº 7.492/86 (atualizada) – Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Lei nº 8.038/90 (atualizada) – processos perante o Superior Tribunal de Justiça. Lei nº 8.666/93 (atualizada) – Lei de Licitações. Lei nº 9.099/95 e 10.259/2001 (atualizadas) – Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Lei nº 9.296/96 (atualizada) – Intercepção de Comunicações Telefônicas. Lei nº 9.455/97 (atualizada) – Lei de Tortura. Lei nº 9.503/97 (atualizada) – Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 9.605/98 (atualizada) – Lei do Meio Ambiente. Lei nº 9.613/98 (atualizada) – Lei de Lavagem e Ocultação de Bens, Direitos e Valores. Lei nº 11.340/06 (atualizada) – Lei para coibir a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei Maria da Penha. Lei nº 11.343/06 (atualizada) – Lei Antidrogas. Lei nº 12.830/2013 (atualizada) – Lei da Investigação Criminal. Lei nº 12.850/13 (atualizada) – Crime Organizado.

## 6.22. Legislação Processual Penal: 6.22.1 Prova. 6.22.2. Preservação de local de crime. 6.22.3. Requisitos e ônus da prova. 6.22.4. Nulidade da prova. 6.22.5. Documentos de prova. 6.22.6. Reconhecimento de pessoas e coisas. 6.22.7. Acareação. 6.22.8. Indícios. 6.22.9. Busca e apreensão. 6.22.10. Restrição de liberdade. 6.22.11. Prisão em flagrante. 6.22.12. Prisão preventiva. 6.22.13. Liberdade Provisória. 6.22.14. Cautelas diversas. 6.23. Legislação Extravagante: 6.23.1. Leis penais e processuais penais especiais: Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Execução Penal); 6.23.2. Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Lei de Crimes Hediondos); 6.23.3. Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo); 6.24.4. Lei nº 9.296/1996 e suas alterações (Lei de Intercepção Telefônica); 6.23.5. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (CTB); 6.23.6. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento); 6.23.7. Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha); 6.23.8. Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (LAD); 6.23.9. Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime Organizado); 6.23.10. Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade); 6.23.11. Lei nº 13.964/2019 e suas alterações (Pacote Anticrime).

## 7. DIREITOS HUMANOS

- 7.1 Teoria Geral dos Direitos Humanos. 7.2 O processo histórico de construção e afirmação dos Direitos Humanos. 7.3 Hermenêutica jurídica dos Direitos Humanos. 7.4 Democracia, cidadania e Direitos Humanos. 7.5 Direitos Humanos, minorias e grupos vulneráveis: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoa com deficiência, LGBTQIA+, refugiados. 7.6 A estrutura normativa do sistema global e do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos. 7.7 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os Direitos Humanos. 7.7.1 O processo de democratização nacional e os Direitos Humanos. 7.7.2 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos. 7.8 Política Nacional de Direitos Humanos. 7.9 Educação e cultura em Direitos Humanos. 7.10 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 7.11 Segurança Pública e Direitos Humanos.

## 8. MEDICINA LEGAL

- 8.1 Perícias e Peritos. 8.1.1 Documentos médico-legais. 8.1.2 Quesitos oficiais. 8.1.3 Perícias médicas. 8.1.4 Ética médica e pericial. 8.1.5 Legislação sobre perícias médico-legais. 8.2 Antropologia Médico-legal. 8.2.1 Identidade e identificação. 8.2.2 Identificação judiciária. 8.3 Traumatologia Médico-legal. 8.3.1 Lesões corporais sob o ponto de vista jurídico. 8.3.2 Energias de Ordem Mecânica. 8.3.3 Energias de Ordem Química, cáusticas e venenos, embriaguez, toxicomanias. 8.3.4 Energias de Ordem Física: Efeitos da temperatura, eletricidade, pressão atmosférica, radiações, luz e som. 8.3.5 Energias de Ordem Físico-Química: Asfixias em espécie; por gases irrespiráveis, por monóxido de carbono, por sufocação direta, por sufocação indireta, por afogamento, por enforcamento, por estrangulamento, por esganadura, por soterramento e por confinamento. 8.3.6 Energias de Ordem Biotóxicas e Mistas. 8.4 Tanatologia Médico-legal. 8.4.1 Tanatognose e cronotanatognose. 8.4.2 Fenômenos cadavéricos. 8.4.3 Necropsia, necropsia. 8.4.4 Exumação. 8.4.5 "Causa mortis". 8.4.6 Morte natural e morte violenta. 8.4.7 Direitos sobre o cadáver. 8.5 Sexologia Médico-legal. 8.5.1 Crimes contra a dignidade sexual e provas periciais. 8.5.2 Gravidez, parto, puerpério, aborto, infanticídio. 8.5.3 Reprodução assistida. 8.5.4 Transtornos da sexualidade e da identidade sexual. 8.6 Psicologia Médico-legal. 8.6.1 Imputabilidade penal e capacidade de juízo. 8.6.2 Limite e modificadores da responsabilidade penal e capacidade civil. 8.6.3 Reperçussões médico-legais dos distúrbios psíquicos. 8.6.4 Simulação, dissimulação e supersimulação. 8.6.5 Embriaguez alcoólica. 8.6.6 Alcoolismo. 8.6.7 Aspectos jurídicos. 8.6.8 Toxicofilia.

## 9. CRIMINOLOGIA

- 9.1 Criminologia. 9.1.1 Conceito, objeto, classificação e finalidade da criminologia. 9.1.2 Método da Criminologia. 9.2 Criminologia, dogmática e política criminal. 9.3 Objetos da criminologia: delito, delinqüente, vítima e controle social. 9.4 Funções da criminologia. 9.5 Modelos teóricos da criminologia. 9.5.1 Escolas criminológicas ou discursos criminológicos: teorias tradicionais e teorias críticas. 9.6 Vitimologia. 9.6.1 Conceito, fases, processo de vitimização, revitimização, conceito de vítima, classificação das vítimas, Síndromes de Estocolmo, de Londres, da mulher de pontifiar, Fenômeno de Escotoma, vitimologia e violência doméstica. 9.7 Processos de criminalização: primária, secundária e terciária. 9.7.1 Cifra Negra, Dourada, Cinza, Amarela, Verde, Filtrios propostos. 9.8 Criminologia contemporânea, criminologia cultural, criminologia queer, criminologia feminista e criminologia racial. 9.9 Criminologia clínica. 9.10 Prevenção da infração penal no Estado Democrático de Direito. 9.10.1. Prevenção primária. 9.10.2 Prevenção secundária. 9.10.3 Prevenção terciária. 9.11 Mídia e criminalidade: novas mídias e novas tecnologias. 9.12 Criminalidade de massa e criminalidade organizada. 9.13 Bullying, Assédio moral, Stalking. 9.14 Sistema de Justiça Criminal: Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário. 9.14.1 Segurança pública. 9.14.2 Criminologia e o papel da Polícia Judiciária. 9.14.3 Criminologia da intervenção policial. 9.15 Discursos punitivos. 9.15.1 Tolerância zero. 9.15.2 Direito penal do inimigo. 9.15.3 Política criminal atuarial. 9.16 Abolicionismo e direito penal mínimo.

ANEXO II  
EXAMES BIOMÉDICOS  
DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

## CONDIÇÕES CLÍNICAS, SINAIS OU SINTOMAS INCAPACITANTES

1.A exclusão do candidato deve ser fundamentada a partir das seguintes justificativas gerais:

- incompatível com o cargo pretendido;
  - risco de agravamento com as atividades a serem desenvolvidas;
  - determinante de frequentes ausências;
  - capaz de gerar atos inseguros que venham a colocar em risco a segurança do candidato ou de outras pessoas;
  - potencialmente incapacitante a curto prazo.
- 1.1- Gerais:
- deformidade física com comprometimento de função;
  - ciatritzes cirúrgicas ou de queimadura que leve a limitação funcional de segmento corporal;
  - hérnia abdominal com protrusão do saco herniário;
  - obesidade mórbida;
  - doença metabólica com comprometimento de órgãos fisiológicos, descontrolada ou com necessidade de tratamento complexo;
  - disfunção endócrina (hipófise, tireoide, suprarenal, pâncreas), com comprometimento de órgãos alvo, descontrolada ou com necessidade de tratamento complexo;
  - hepatopatia em atividade;
  - doença do tecido conjuntivo: lúpus eritematoso sistêmico, esclerodermia, dermatomiosite, periarterite nodosa com comprometimento de órgãos alvo ou clinicamente descontrolada;
  - doença neoplásica maligna;
  - manifestação clínico-laboratorial associada à deficiência do sistema imunológico em atividade;
  - alteração em exame complementar que represente qualquer uma das condições incapacitantes;
  - dependência de álcool ou química; e
  - os portadores de alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

## 1.2- Cardiovasculares:

- doença coronariana;
- miocardiopatias;
- hipertensão arterial sistêmica com comprometimento de órgãos fisiológicos, descontrolada ou com necessidade de tratamento complexo;
- hipertensão pulmonar;
- cardiopatía congênita, ressalvada a CIA, a CIV e a PCA, corrigidos cirurgicamente, e a valva aórtica bicúspide, que não promovam repercussão hemodinâmica;
- valvulopatia adquirida, ressalvado o prolapso de valva mitral com ausência de repercussão funcional;
- pericardite;
- arritmia cardíaca complexa e com comprometimento clínico;
- insuficiência venosa periférica – varizes com classificação CEAP C2 ou superior;
- linfedema;
- arteriopatia oclusiva crônica - arteriosclerose ocliterante, tromboangeite ocliterante, arterites;
- arteriopatia não oclusiva - aneurismas, mesmo após correção cirúrgica;
- arteriopatia funcional - doença de Reynaud, acrocianose, distrofia simpático-reflexa;
- síndrome do desfiladeiro torácico.

## 1.3- Pulmonares:

- distúrbio da função ventilatória pulmonar de qualquer natureza – asma descontrolada ou com necessidade de tratamento complexo ou com comprometimento clínico, D.P.O.C (Doença pulmonar obstrutiva crônica) etc.;
  - tuberculose ativa pulmonar e em qualquer outro órgão;
  - saroidose;
  - pneumomiose;
  - RX de tórax: deverá ser normal, investigando-se a área cardíaca.
- 1.4- Gêntio-urinários:
- uropatia obstrutiva - estenose de uretra, litíase urinária recidivante, prostatite crônica;
  - rim polístico;
  - insuficiência renal de qualquer grau;
  - nefrite intersticial;
  - glomerulonefrite;
  - urina: sedimentoscopia e elementos anormais: cilindrídria, proterinúria (++), hematúria (++), glicosúria, atentando-se para proteinúria e hematúria de candidatos de sexo feminino em época menstrual (normal).

## 1.5- Hematológicos:

- anemias, exceto as carenciais;
- doença linfoproliferativa maligna - leucemia, linfoma;
- doenças mieloproliferativas - mieloma múltiplo, leucemia, policitemia vera;
- hiperesplenismo;
- agranulocitose



## 1.6- Ósteo-articulares:

- a) doença infecciosa óssea e articular;  
 b) alteração de eixo que comprometa a força e a estabilidade das articulações;  
 c) alteração óssea que comprometa a força e a estabilidade dos membros superiores e inferiores;  
 d) instabilidade ligamentar que comprometa função articular;  
 e) luxação recidivante;  
 f) escoliose estrutural superior a 30°;  
 g) cifose acentuada (curva torácica estruturada acima de 65°);  
 h) linha SVA acima de 05 cm;  
 i) discopatia de qualquer segmento da coluna vertebral;  
 j) estenose de canal lombar e/ou cervical;  
 k) história clínica prévia de mielopatia;  
 l) história clínica de cirurgia da coluna vertebral (com ou sem instrumentação);  
 m) história clínica de tumor maligno ou benigno da coluna vertebral que tenha exigido tratamento cirúrgico;  
 n) espondilolite de qualquer grau;  
 o) história clínica de afastamentos prolongados ou reiterados do trabalho por patologia da coluna vertebral;  
 p) fratura viciosamente consolidada com comprometimento da força e da estabilidade do membro;  
 q) pseudoartrose;  
 r) doença inflamatória e degenerativa ósteo-articular;  
 s) artropatia gotosa;  
 t) tumor ósseo e muscular;  
 u) história clínica de distúrbios ósteo-musculares relacionados ao trabalho ou lesões por esforços repetitivos;  
 v) gonartrose com repercussão clínica.

## 1.7- Oftalmológico:

- a) cirurgia refrativa não é incapacitante desde que o candidato esteja apto nos outros itens e haja decorrido mais de seis meses de pós-operatório;  
 b) Será exigida a acuidade visual, no pior olho, como parâmetro de aprovação:  
 b.1) 30% (trinta por cento), sem correção; e  
 b.2) 80% (oitenta por cento), com correção.  
 c) pressão ocular: pressão ocular maior que 20 mmHg em qualquer olho ou glaucoma;  
 d) biomicroscopia: infecções e processos inflamatórios crônicos (ressalvadas as conjuntivites agudas e hordéolo), ulcerações, tumores (ressalvado cisto benigno palpebral), opacificações, sequelas de traumatismos e queimaduras com comprometimento de acuidade visual, ceratocone, anormalidades funcionais significativas, catarata e cirurgia intraocular prévia;  
 e) fundoscopia: lesões retinianas congênicas e adquiridas, retinopatia diabética, alterações patológicas do nervo óptico e da mácula; e  
 f) ectoscopia: ptose ou anomalia que comprometa a função.

## 1.8- Otorrinolaringológicos:

- a) Será exigida acuidade auditiva em frequências de 500 (quinhentos) – 1.000 (mil) – 2.000 (dois mil) de perda de até 25 (vinte e cinco) decibéis. Nas demais frequências, aceita-se a perda de até 40 decibéis.  
 b) otosclerose;  
 c) transtorno da função vestibular;  
 d) otite média crônica com sequelas clínicas e prejuízo da comunicação social;  
 e) sinusite crônica com sequelas clínicas;  
 f) paralisia ou paresia da laringe;  
 g) distúrbio da voz ou da fala com repercussão funcional;  
 h) doenças ou alterações otorrinolaringológicas persistentes ou incuráveis ou que deixem sequelas.

## 1.9- Neurológicos:

- a) infecção do sistema nervoso central;  
 b) doença vascular do cérebro e da medula espinhal;  
 c) síndrome pós-traumatismo crânio-encefálico;  
 d) distúrbio do desenvolvimento psicomotor;  
 e) doença degenerativa;  
 f) distrofia muscular progressiva;  
 g) doenças desmielinizantes;  
 h) epilepsias.

## 1.10- Dermatológicos:

- a) psoríase grave, com repercussão sistêmica ou manifestação articular;  
 b) eczemas alérgicos cronicados ou infectados;  
 c) expressões cutâneas das doenças autoimunes descontroladas ou com necessidade de tratamento complexo;  
 d) ulcerações, edemas ou cicatrizes deformantes que poderão vir a comprometer a capacidade funcional de qualquer segmento do corpo;  
 e) eritrodermia;  
 f) púrpura;  
 g) pénfigo: todas as formas;  
 h) úlcera de estase, anêmica, microangiopática, arteriosclerótica e neurotrófica;  
 i) colagenose - lúpus eritematoso sistêmico, dermatomiosite, esclerodermia descontroladas ou com necessidade de tratamento complexo;  
 j) paniculite nodular - eritema nodoso;  
 k) micose profunda;  
 l) hanseníase em atividade e  
 m) neoplasia maligna.

- 1.11- Psiquiátricos: todos os transtornos psiquiátricos, prévios ou atuais, com expressão clínica que seja incompatível com o pleno exercício das atividades e atribuições típicas do cargo de policial.

ANEXO III  
EXAMES BIOFÍSICOS  
DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

## TESTES RELATIVOS AO EXAME BIOFÍSICO

Os testes de capacidade física, de caráter eliminatório, serão realizados em 04 (quatro) modalidades, devendo o candidato atingir, para aprovação, o desempenho mínimo de 02 (dois) pontos em cada teste específico e o índice mínimo de 50% (cinquenta por cento) no total dos pontos distribuídos:

## 1. TESTE 1 - FLEXÃO DE BRAÇO

## 1.1 MASCULINO

Metodologia de preparação e execução:

Posição inicial: ao comando de “em posição”, o candidato deverá se posicionar em solo plano em decúbito ventral, cotovelos próximos do corpo, com as mãos apoiadas no solo, com a distância um pouco mais afastadas do que a linha dos ombros, com os dedos voltados para frente, com os braços totalmente estendidos, pontas dos pés em contato com o solo e pernas estendidas (quatro apoios), centro de gravidade projetado à frente com o peso do tronco incidindo sobre os braços estendidos e o tronco, quadris e membros inferiores em linha reta (prancha).  
 Execução: ao comando de “iniciar”, momento em que o cronômetro será acionado, o candidato flexionará simultaneamente os braços até que as pontas dos cotovelos formem um ângulo de 90° em relação ao antebraço ou ultrapassem o plano das costas, aproximando o tórax do solo sem, no entanto, tocá-lo, mantendo os braços e mãos na linha dos ombros apoiados no solo e, em seguida, voltará à posição inicial (braços totalmente estendidos), completando 1 (uma) repetição, quando poderá dar início à execução de uma nova repetição.  
 Ao movimento completo e correto do exercício será conferida 1 (uma) repetição.  
 Aos 60” (sessenta), ao comando de voz “PAROU”, o cronômetro será travado finalizando o teste.

## Observações 1:

A contagem das execuções corretas levará em consideração:

- a) o movimento só será considerado completo após a total extensão dos cotovelos;  
 b) a não extensão total dos cotovelos antes do início de uma nova execução será considerada um movimento incorreto, não sendo computado no desempenho do candidato.  
 Não será permitido ao candidato quando da realização do teste de flexão de braço:  
 a) apoiar o peito ou qualquer outra parte do corpo no solo;  
 b) não flexionar ou não estender totalmente os cotovelos;  
 c) mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do teste;  
 d) após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;  
 e) a realização dos movimentos de flexão de braço deverá ser sucessiva, sem qualquer tipo de parada ou pausa.  
 O teste será interrompido caso ocorram quaisquer das proibições mencionadas acima.

O desempenho do candidato até o momento da interrupção será considerado como índice da tentativa.

## Observações 2:

- A contagem das repetições será considerada oficialmente somente a computada pelo (a) fiscal avaliador (a);
- Quando a execução do exercício não atender ao previsto em Edital, o (a) avaliador (a) repetirá o número da última execução realizada corretamente;
- O candidato deverá executar o maior número de repetições corretas em 60” (sessenta);
- O candidato terá apenas 1 (uma) tentativa para realizar o teste;
- O Teste Flexão de Braços será realizado no máximo em 2 (duas) duplas;
- Será considerado APTO o candidato que atingir o desempenho mínimo exigido - 16 (desesseis) repetições corretas;
- Não será admitido a utilização de camiseta de manga comprida, tendo em vista a necessidade de visualização dos membros superiores para verificação da correta execução do movimento.

## 1.2 FEMININO

Metodologia de preparação e execução:

Posição inicial: ao comando de “em posição”, com apoio de um colchonete ou não, a candidata deverá se posicionar em solo plano, em decúbito ventral, cotovelos próximos do corpo, com as mãos apoiadas no solo, com a distância um pouco mais afastadas do que a linha dos ombros, com os dedos voltados para frente, com os braços totalmente estendidos, joelhos unidos e flexionados em contato com o solo e sem tocar as pontas dos pés no solo. O quadril não poderá apresentar flexão na posição inicial e nem durante a execução do movimento.  
 Execução: ao comando de “iniciar”, a candidata flexionará simultaneamente os braços até que as pontas dos cotovelos atinjam um ângulo de 90° em relação aos antebraços ou ultrapassem o plano das costas, aproximando o tórax do solo sem, no entanto, tocá-lo, mantendo os 4 (quatro) apoios no solo, e, em seguida, voltará à posição inicial (extensão completa dos braços), completando 1 (uma) repetição.  
 Ao movimento completo e correto do exercício será conferida 1 (uma) repetição.  
 Aos 60” (sessenta), ao comando de voz “PAROU”, o cronômetro será travado finalizando o teste.

## Observações 1:

A contagem das execuções corretas levará em consideração:

- a) o movimento só será considerado completo após a total extensão dos cotovelos;  
 b) a não extensão total dos cotovelos antes do início de uma nova execução será considerada um movimento incorreto, não sendo computado no desempenho do candidato;  
 Não será permitido à candidata quando da execução do teste de flexão de braço:  
 a) apoiar o peito no solo;  
 b) não flexionar ou não estender totalmente os cotovelos;  
 c) mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar);  
 d) “repousar” as coxas no solo;  
 e) a realização dos movimentos de flexão de braço deverá ser sucessiva, sem qualquer tipo de parada ou pausa.  
 O teste será interrompido caso ocorram quaisquer das proibições mencionadas acima.  
 O desempenho da candidata até o momento da interrupção será considerado como índice da tentativa.

## Observações 2:

- A contagem das repetições será considerada oficialmente somente a computada pelo (a) fiscal avaliador (a).

- Quando a execução do exercício não atender ao previsto em Edital, o (a) avaliador (a) repetirá o número da última execução realizada corretamente.

- A candidata deverá executar o maior número de repetições corretas em 60” (sessenta).

- A candidata terá apenas 1 (uma) tentativa para realizar o teste.
- O Teste Flexão de Braços será realizado no máximo em 2 (duas) duplas;
- Será considerado APTA a candidata que atingir o desempenho mínimo exigido - 9 (nove) repetições corretas.
- Não será admitido a utilização de camiseta de manga comprida, tendo em vista a necessidade de visualização dos membros superiores para verificação da correta execução do movimento.

TABELA - TESTE DE FLEXÃO DE BRAÇO			
Masculino		Feminino	
Desempenho	Pontos	Desempenho	Pontos
16	2	9	2
17	4	10	4
18	6	11	6
19	8	12	8
20	10	13	10
21	12	14	12
22	14	15	14
23	16	16	16
24	18	17	18
25	20	18	20
26	22	19	22
27	24	20	24
28	25	21	25

## 2. TESTE 2 - CORRIDA DE 50 METROS RASOS MASCULINO E FEMININO

Metodologia de preparação e execução:

O teste de corrida de 50m terá início marcado por emissão de sinal sonoro e será aplicado em local adequado, com distâncias marcadas dos pontos de largada e chegada.

Posição inicial: ao comando de voz “PREPARAR”, o candidato se posicionará atrás da linha demarcada (linha de largada), preferencialmente em afastamento anteroposterior das pernas, devendo o pé da frente estar o mais próximo possível da referida linha.

Execução: Ao sinal de comando, momento em que será acionado o cronômetro, o candidato deverá percorrer, no menor tempo possível, os 50 (cinquenta) metros existentes entre a linha de largada e a linha de chegada.

O cronômetro será interrompido quando o candidato ultrapassar a linha demarcada de chegada com o tórax.

Em caso de o candidato largar antes do comando de voz para tal (queima de largada), esta será considerada como tentativa.

## Observações:

- O resultado do teste será indicado pelo tempo manual decorrido pelo candidato ao completar o percurso desde a largada até a chegada, com a precisão de décimo de segundo.
- O Teste de Corrida de 50m será realizado individualmente.
- O candidato terá apenas 1 (uma) tentativa para realizar o teste.
- Será considerado APTO o candidato que atingir o desempenho mínimo exigido de 10.3 (dez segundos e três décimos) para o masculino e 11.9 (onze segundos e nove décimos) para o feminino.

TABELA - TESTE DOS 50 METROS RASOS			
Masculino		Feminino	
Desempenho	Pontos	Desempenho	Pontos
10”3 - 10”2	2	11”9 - 11”8	2
10”1 - 10”0	4	11”7 - 11”6	4
9”9 - 9”8	6	11”5 - 11”4	6
9”7 - 9”6	8	11”3 - 11”2	8
9”5 - 9”4	10	11”1 - 11”0	10
9”3 - 9”2	12	10”9 - 10”8	12
9”1 - 9”0	14	10”7 - 10”6	14
8”9 - 8”8	16	10”5 - 10”4	16
8”7 - 8”6	18	10”3 - 10”2	18
8”5 - 8”4	20	10”1 - 10”0	20
8”3 - 8”2	22	9”9 - 9”8	22
8”1 - 8”0	24	9”7 - 9”6	24
7”9 ou menos	25	9”5 ou menos	25

## 3. TESTE 3 - TESTE DE IMPULSÃO HORIZONTAL MASCULINO E FEMININO

Metodologia de preparação e execução:

O teste será realizado em superfície plana, solo firme e contendo uma caixa de areia.

Posição Inicial - O candidato deverá se posicionar em pé, parado, com os pés paralelos, atrás da linha de medição inicial demarcada no solo.

Execução - ao comando de “iniciar”, o candidato deverá saltar à frente, em uma caixa de areia, com movimento simultâneo dos pés, finalizando o salto também com os 2 (dois) pés. A marcação da distância saltada será medida em metros a partir da linha inicial de medição até o local de contato do candidato com o solo dentro da caixa de areia mais próximo desta linha.

O salto será invalidado e/ou “queimado” quando o candidato:

- Finalizar o salto na caixa de areia com qualquer outra parte do corpo que não seja os pés ou até mesmo realizar qualquer tipo de rolamento;
- Utilizar qualquer equipamento, aparelho ou material de auxílio à impulsão;
- Antes da impulsão perder o contato com o solo com qualquer um dos pés com o solo (“queimado”)
- Ao executar a impulsão para o salto tocar com o(s) pé(s) a linha de medição inicial ou ultrapassá-la (“queimado”).

## Observações:

- Especificamente no Teste de Impulsão Horizontal, o candidato terá direito a 2 (duas) tentativas, sendo a 2ª (segunda) após todos os candidatos executarem a 1ª (primeira), e, em caso de ser o último a saltar, após 3” (três minutos). A melhor marca obtida será a considerada. Em caso do candidato se sentir satisfeito com o resultado da 1ª (primeira) tentativa, poderá optar por não realizar a 2ª (segunda);
- O teste do salto horizontal será realizado individualmente
- Será considerado APTO o candidato que atingir o desempenho mínimo exigido de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros) para o masculino e 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) para o feminino.

TABELA - TESTE DE IMPULSÃO HORIZONTAL			
Masculino		Feminino	
Desempenho	Pontos	Desempenho	Pontos
1,65m a 1,70m	2	1,25m a 1,30m	2
1,71m a 1,76m	4	1,31m a 1,36m	4
1,77m a 1,82m	6	1,37m a 1,42m	6
1,83m a 1,88m	8	1,43m a 1,48m	8
1,89m a 1,94m	10	1,49m a 1,54m	10
1,95m a 2,00m	12	1,55m a 1,60m	12
2,01m a 2,06m	14	1,61m a 1,66m	14
2,07m a 2,12m	16	1,67m a 1,72m	16
2,13m a 2,18m	18	1,73m a 1,78m	18
2,19m a 2,24m	20	1,79m a 1,84m	20
2,25m a 2,30m	22	1,85m a 1,90m	22
2,31m a 2,36m	24	1,91m a 1,96m	24
2,37m ou mais	25	1,97m ou mais	25

## 4. TESTE 4 - TESTE DE COOPER (12 minutos)

Metodologia de preparação e execução:

O teste de Cooper (12”) será aplicado em uma pista com condições adequadas (oval ou circular, apropriada para corrida), podendo o piso ser asfáltico, de concreto, sintético, de carvão, de cascalho, de saibro, dentre outros tipos de materiais existentes e com marcação escalonada com cones de sinalização a cada 10m desde a largada até a chegada. Terá início e término marcados por emissão de sinal sonoro.

Posição inicial: ao comando de voz “PREPARAR”, o candidato se posicionará em pé, atrás da linha demarcada (linha de largada), preferencialmente em afastamento anteroposterior das pernas, devendo o pé da frente estar o mais próximo possível da referida linha.

Execução: Ao sinal do silvo do apito, momento em que o cronômetro será acionado, o candidato deverá correr a maior distância possível, podendo interromper ou modificar seu ritmo de corrida e, será encerrado através de silvo de apito no 12º minuto, quando o cronômetro será travado.

## Observações:

- Durante a execução o candidato receberá orientação do fiscal avaliador quanto ao número de voltas completas percorridas;
- Não será permitido dar ou receber qualquer tipo de ajuda física durante a execução;
- Ao sinal de término do teste, o candidato deverá interromper a trajetória da corrida, não podendo caminhar para frente, apenas transversalmente ao percurso da pista;
- O candidato não poderá abandonar a pista antes da liberação por parte do fiscal avaliador;
- O Teste de Cooper (12 minutos) será realizado coletivamente;
- Será disponibilizado no local da largada 01 (um) relógio cronômetro digital, com display vermelho e dupla face, para fins de controle de tempo do candidato;
- Para efeito de controle de volta e mensuração de resultado, será considerado a raia 1;
- O candidato terá apenas 1 (uma) tentativa para realizar o teste.
- Será considerado APTO o candidato que atingir o desempenho mínimo exigido – 1.401m (um mil, quatrocentos e um) para o masculino e 1.301m (um mil, trezentos e um) para o feminino.

TABELA - TESTE DE COOPER			
MASCULINO		FEMININO	
Desempenho	Pontos	Desempenho	Pontos
1.401m a 1.500m	2	1.301m a 1.400m	2
1.501m a 1.600m	4	1.401m a 1.500m	4
1.601m a 1.700m	6	1.501m a 1.600m	6
1.701m a 1.800m	8	1.601m a 1.700m	8
1.801m a 1.900m	10	1.701m a 1.800m	10
1.901m a 2.000m	12	1.801m a 1.900m	12
2.001m a 2.100m	14	1.901m a 2.000m	14
2.101m a 2.200m	16	2.001m a 2.100m	16
2.201m a 2.300m	18	2.101m a 2.200m	18
2.301m a 2.400m	20	2.201m a 2.300m	20
2.401m a 2.500m	22	2.301m a 2.400m	22
2.501m a 2.600m	24	2.401m a 2.500m	24
2.601m ou mais	25	2.501m ou mais	25



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202408200302500138.

ANEXO IV MODELO “A”  
 DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO  
 LAUDO MÉDICO DOS CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM COM DEFICIÊNCIA  
 Declaro, para fins de participação no Concurso Público ACADEPOL/PCMG - Edital 01/2024, que o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, é considerado(a) pessoa com deficiência à luz da legislação brasileira por apresentar a(s) seguinte(s) condição(ões) \_\_\_\_\_, CID-10 - \_\_\_\_\_, que resulta(m) no comprometimento das seguintes funções/funionalidades \_\_\_\_\_, Informo, ainda, a provável causa do comprometimento, conforme art. 39, inciso IV, do Decreto nº 3.298/1999. \_\_\_\_\_ local e data \_\_\_\_\_

assinatura \_\_\_\_\_

ANEXO IV MODELO “B”  
 DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO  
 RELATÓRIO MÉDICO DE AVALIAÇÃO PSÍQUIÁTRICA  
 Declaro para os devidos fins que avaliei o(a) candidato(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para cumprir finalidade do Edital 01/2024 – Concurso Público ACADEPOL/PCMG, e que não encontrei alterações do comportamento, do humor, de percepções, da orientação e da memória recente e remota. Observei coerência do pensamento, do tirocínio e do encadeamento de ideias. Não encontrei indícios acerca do uso de psicofármacos. \_\_\_\_\_ local e data \_\_\_\_\_

Assinatura Legível do Profissional com CRM e informação de ser especialista em Psiquiatria (Associação Brasileira de Psiquiatria) \_\_\_\_\_  
 876 cm - 19 1980293 - 1

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL  
 DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO  
 EDITAL Nº 02/2024 DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O CARGO DE MÉDICO LEGISTA, INTEGRANTE DA SÉRIE INICIAL DA CARREIRA, DO QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Presidente da Comissão do Concurso, devidamente autorizada pela Chefia da Polícia Civil, com fulcro na autorização governamental constante no Of. Cofin nº 0029/2024 toma público, pelo presente Edital, que estarão abertas, no período de 21 (vinte e um) e de outubro de 2024 a 19 (dezenove) de novembro de 2024, as inscrições para o Concurso Público visando o provimento de 10 (dez) vagas para o cargo de Médico Legista, a que se refere o art. 76 e Anexo I, 2, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013 – Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, para o exercício das funções nas Unidades Policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será regido por este Edital, por seus Anexos, eventuais retificações e pelos diplomas legais e regulamentares. E sua execução caberá à FGV – Fundação Getúlio Vargas e ACADEPOL – Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

1.2 O candidato, ao efetuar sua inscrição neste Concurso Público, autoriza que a ACADEPOL e a FGV disponham de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e suas alterações.

1.2.1 No momento da inscrição, o candidato deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste Edital, bem como declarar que aceita que os seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, incluindo-se publicação em jornais, divulgação de material através de e-mail e redes sociais, imagens expostas em redes sociais públicas, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do Concurso Público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seu nome, data de nascimento, número de inscrição e notas, em observância aos princípios de publicidade e transparência que regem a Administração Pública e nos termos do Decreto 48.237, de 22 de julho de 2021 (dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo).

1.3 A participação do candidato implicará a aceitação das normas e condições para este Concurso Público, constantes do presente Edital, dos comunicados, retificações e alterações a ele referentes.

1.4 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, no jornal Diário Oficial de Minas Gerais e nos endereços eletrônicos da ACADEPOL <www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e da FGV <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> a publicação e divulgação dos atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público. Os atos, editais e comunicados inerentes a este Concurso Público serão, também, disponibilizados no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL, localizada na Rua Oscar Negrão de Lima, 200, bairro Nova Gamelaireira - Belo Horizonte.

1.4.1 A ACADEPOL e a FGV prestarão informações e esclarecimentos ao candidato através dos seguintes meios: FGV - Telefones: 0800 2834628, dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h. E-mail: concursopcmg24@fgv.br. ACADEPOL - Telefones: (31)3314-5656/3314-5625, dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h. Local: Rua Oscar Negrão de Lima, 200 – 3º andar, bairro Nova Gamelaireira - BH/MG. Horário de funcionamento: dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h. Endereço eletrônico ACADEPOL: <www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br>.

1.4.2 Para as etapas previstas neste edital que envolvem o envio de documentos digitalizados, estes deverão estar legíveis, sob pena de serem considerados inválidos para fins de análise.

1.4.3 Somente serão aceitos para upload, documentos nas extensões “JPG”, “PNG” ou “PDF”, no tamanho máximo de 5MB, por documento, enviados por meio de link disponibilizado no endereço eletrônico da FGV <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> ou da ACADEPOL <www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br>.

1.4.4 Não serão aceitos documentos encaminhados via postal, correio eletrônico ou por requerimento administrativo.

1.4.5 Os documentos que não forem relativos à etapa indicada serão desconsiderados para fins de análise.

1.5 Requisitos de Investidura: O candidato aprovado neste Concurso Público será investido no cargo de Médico Legista se atendidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

a) Ter sido aprovado, classificado, em ordem decrescente de pontuação, e nomeado na forma estabelecida neste Edital.

b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse.

c) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º, da Constituição Federal.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também, com as militares.

e) Estar em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

f) Possuir nível superior correspondente a graduação em Medicina, de acordo com o artigo 10 da Lei Complementar nº 84/2005, alterado pelo artigo 1º da Lei Complementar 113/2010, a ser comprovada mediante a entrega de cópia do diploma e apresentação do original de diploma ou de Certidão expedida por Faculdade reconhecida pelo Ministério da Educação, na data da posse.

1.5.1 O candidato aprovado no certame que, na data da posse, não comprovar os requisitos exigidos neste Edital perderá o direito à investidura no cargo.

1.6 Descrição sumária das atividades: ao Médico Legista na qualidade de servidor policial, incumbe, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 144, § 4º, arts. 136 e 139 da Constituição do Estado de Minas Gerais, art. 79, § 1º e Anexo II.4 da Lei Complementar nº 129/2013, bem como nas demais legislações vigentes, funções como:

a) realizar exames macroscópicos, microscópicos e de laboratório, em cadáveres e em vivos, para subsidiar a determinação da causa mortis ou da natureza de lesões, no âmbito da investigação criminal;

b) realizar exames e análises pertinentes à identificação antropológica de natureza biológica, no âmbito da medicina legal;

c) diagnosticar, avaliar e constatar a situação de pessoa submetida a efeito de substância de qualquer espécie além de avaliar o seu estado psíquico e psiquiátrico, com o objetivo de subsidiar a instrução de inquérito policial, procedimento administrativo ou processo judicial criminal;

d) cumprir requisitos médico-legais no âmbito das investigações criminais e do exercício da polícia judiciária, com a emissão dos respectivos laudos para viabilização de provas periciais;

e) sistematizar no laudo pericial, os elementos objetivos de prova no âmbito da medicina legal que subsidiem a apuração de infrações penais, administrativas e disciplinares, sob a garantia da autonomia funcional, técnica e científica a ser assegurada pelo Delegado de Polícia;

f) gerir, planejar, organizar, coordenar, executar, controlar e avaliar unidades periciais sob sua responsabilidade.

1.6.1 O cargo de Médico Legista é de natureza estritamente policial, tendo como regime de trabalho o estabelecido nos incisos I, II e III e §§ 2º e 3º do artigo 58 da Lei Complementar 129/2013, que se caracteriza:

a) pela prestação de serviço em condições adversas de segurança, cumprimento de jornadas normais e excepcionais, sujeito a plantões noturnos e a convocação a qualquer hora e dia, inclusive durante o repouso semanal e férias, garantidas, em caso de se exceder a carga horária prevista em lei, as compensações devidas;

b) pelo dever de imediata atuação, sempre que presenciar a prática de infração penal, independentemente da carga horária semanal de trabalho, do repouso semanal e férias, respeitadas as normas técnicas de segurança;

c) pela realização de diligências policiais em qualquer região do Estado ou fora dele.

1.7 Regime jurídico: estatutário, em conformidade com as normas contidas nas Leis n.º 869, de 5 de julho de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais e alterações posteriores, com regime policial, a obediência à disciplina e hierarquia, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 129/2013.

1.8 Regime de Previdência: Regime de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, com alterações posteriores e legislação federal e estadual pertinentes.

1.9 Jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

1.10 Vencimento: o vencimento inicial para o cargo de Médico Legista, Nível I, Grau A, corresponde a RS 11.547,07 (onze mil quinhentos e quarenta e sete reais e sete centavos), conforme Lei nº 24.838, de 27 de junho de 2024.

1.11 Vagas: o presente concurso destina-se ao provimento de 10 (dez) vagas para Médico Legista, inicial da série da carreira, para o exercício das funções nas Unidades Policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

1.11.1 Nos termos do disposto no inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Lei Estadual nº 11.867, de 28 de julho de 1995, e nos Decretos Federais nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e alterações, e Decreto Estadual 42.257, de 15 de janeiro de 2002, fica reservado o percentual de 10% (dez por cento), ou seja, 1 (uma) do total de vagas oferecidas a candidato com deficiência aprovado, observada a constatação da deficiência pelo Exame de Verificação da Deficiência, ou seja, pericia médica conforme estabelecido neste edital.

1.11.2 Ressalvadas as condições especiais contidas no Decreto Federal nº 3.298/99, os candidatos deficientes participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, ao dia, ao local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do concurso.

1.11.3 Em caso de surgimento de vagas durante o prazo de validade do concurso, poderá ser convocado o candidato aprovado, em todas as etapas, obedecida a ordem de classificação, respeitando-se o percentual de 10% (dez por cento), do total de vagas, destinado à pessoa com deficiência.

1.11.4 Os candidatos com deficiência confirmada e aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

1.11.5 Inexistindo candidato com deficiência aprovado, ou se o número de aprovados, nessa circunstância, for inferior ao número de vagas a eles reservadas, essas vagas poderão ser preenchidas por candidato sem deficiência, observada a ordem de classificação.

1.11.6 Quando da divulgação dos resultados parciais e final, será obedecida a classificação geral por pontuação em ordem decrescente e, também, a relação classificatória do candidato com deficiência.

1.11.6.1 A ordem de convocação para nomeação e posse dos candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a primeira vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a segunda vaga será a 15ª vaga, a terceira vaga será a 25ª vaga e assim sucessivamente.

1.12 O candidato aprovado, nomeado e empossado no cargo de Médico Legista será matriculado no Curso de Formação Técnico-Profissional promovido pela ACADEPOL, nos termos do § 2º do art. 86 da Lei Complementar nº 129/2013.

1.12.1 Durante a realização do Curso de Formação Técnico-Profissional o servidor estará à disposição da ACADEPOL e sujeito à dedicação exclusiva no período de execução das atividades acadêmicas.

1.12.2 No período do Curso de Formação Técnico-Profissional, o servidor fará jus apenas à percepção do valor correspondente à remuneração atribuída ao primeiro grau do nível inicial da carreira de Médico Legista.

1.12.3 Findo o Curso de Formação Técnico-Profissional, o servidor será designado para atuar em Unidades Policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

1.12.3.1 As vagas autorizadas no certame visam o provimento das comarcas/cidades do Estado, conforme necessidade, oportunidade e conveniência da administração.

1.13 A designação do servidor da carreira de Médico Legista será realizada obedecendo-se rigorosamente a ordem classificatória constante no Curso de Formação Técnico-Profissional.

1.14 Escolaridade mínima exigida: habilitação mínima em nível superior correspondente à graduação em Medicina, de acordo com o art. 85 da Lei Complementar nº 129/2013, a ser comprovada mediante a entrega de cópia do diploma acompanhada do original, que será devolvido, ou de certidão expedida por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na data da posse.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1.1 Período de inscrição: a partir das 16h (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de outubro de 2024 até as 16h (horário de Brasília) do dia 19 (dezenove) de novembro de 2024, obedecidas as normas constantes neste edital bem como rigorosamente o horário bancário para a quitação do valor da inscrição emitida.

2.1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento, a submissão e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos ou erratas, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a integrar o instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.1.2.1 Antes de efetuar o procedimento de inscrição, objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e nos seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2.1.3 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição e isenção. As declarações falsas ou inexatas dos dados constantes no “Requerimento Eletrônico de Inscrição e Isenção”, que comprometerem a lisura do certame, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, civis e administrativas, sendo garantido ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório.

2.1.4 As inscrições deverão ser efetivadas exclusivamente por meio da internet no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

2.1.5 O candidato que tiver dificuldade de acesso à internet poderá efetivar a sua inscrição na sede da ACADEPOL, na Rua Oscar Negrão de Lima, nº 200, bairro Nova Gamelaireira, em Belo Horizonte, e, no interior, nas sedes das Delegacias de Polícia Civil de Minas Gerais, onde encontrará equipamento de informática destinado a este fim, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, exceto nos dias de sábado, domingo e feriado.

2.1.5.1 A liberalidade especificada no item anterior não exige o candidato da responsabilidade pelos dados cadastrais informados no “Requerimento Eletrônico de Inscrição e Isenção” nem do pagamento do valor da inscrição.

2.1.6 Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por outro meio que não os estabelecidos neste Edital e anexos.

2.1.7 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional e extemporânea. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, inscrições condicionadas a outros atos, bem como apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

2.1.8 Para inscrever-se o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) ler atentamente o Edital e seus Anexos, disponíveis nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>;

b) preencher o “Requerimento Eletrônico de Inscrição” que conterá declaração de que se submete a todas as prescrições do presente Edital, especificando, no espaço próprio, o cargo para o qual concorre e seguindo todas as orientações especificadas na tela;

c) confirmar os dados cadastrados, transmitindo-os pela internet;

d) após digitar e enviar os dados, o candidato poderá emitir o “Documento de Arrecadação Estadual – DAE” que contém um código de barras específico para efetuar o pagamento do valor da inscrição. O DAE será emitido em nome do requerente e deverá ser pago até o dia de vencimento nele constante;

e) efetuar o pagamento do valor da inscrição, respeitando o disposto neste Edital, até o dia 21 (vinte e um) de novembro de 2024. A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por eventuais feriados na data limite do prazo de encerramento, que possam dificultar a quitação do valor de inscrição, impedindo sua concretização. Neste caso, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º dia útil que antecede o feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra.

2.1.9 O candidato deverá ter, obrigatoriamente, CPF e cédula de identidade, com número de registro geral, emitida por órgão do Estado de origem, sem o quê a inscrição não poderá ser efetivada.

2.1.10 Por razões técnicas, a impressão do DAE referente ao valor da inscrição será de inteira responsabilidade do candidato.

2.1.10.1 A geração do DAE somente estará disponível durante o período de inscrição.

2.1.10.2 A eventual emissão da 2ª Via do DAE será possível até as 16 horas (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de novembro de 2024, e somente será possível se o candidato tiver concluído a inscrição nos termos do item 2.1.8.

2.1.11 O valor de inscrição no concurso é RS 220,00 (duzentos e vinte reais), que será recolhido, em guia própria (DAE), conforme já especificado.

2.1.12 O valor da inscrição deverá ser recolhido em uma das seguintes agências bancárias, conveniadas com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Mercantil, SICOOB e Bradesco ou em um dos correspondentes Bancários MAIS BB ou Casas Lotéricas.

2.1.13 A inscrição somente se efetivará após o recolhimento do valor de inscrição. A insubsistência do pagamento, por qualquer motivo, acarretará o cancelamento da inscrição.

2.1.13.1 O pagamento do valor da inscrição em documento diferente do especificado neste Edital, por ser considerado inválido, implica o cancelamento da inscrição e não gera o direito de o candidato submeter-se às provas do concurso.

2.1.13.2 A inscrição somente será processada e validada após a confirmação da ACADEPOL e à FGV, pela instituição bancária, do pagamento do valor da inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o “Requerimento Eletrônico de Inscrição” em que o pagamento não for comprovado, feito a menor ou efetuado após a data estabelecida.

2.1.13.3 Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento da inscrição nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas através dos pedidos de isenção do pagamento do valor da inscrição.

2.1.14 A listagem dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas será divulgada nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

2.1.14.1 Nos casos em que o candidato tiver a inscrição indeferida, especialmente em caso de inconsistência no pagamento do valor da inscrição, deverá se manifestar formalmente por meio de recurso administrativo previsto neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.1.15 Da devolução do valor de inscrição: a importância relativa ao valor da inscrição poderá ser devolvida nas hipóteses de:

a) Pagamento extemporâneo.

b) Pagamento em duplicidade pelo candidato.

c) Pagamento com valor em desconformidade com o do valor da inscrição.

d) Cancelamento ou suspensão do concurso, previstos na Lei Estadual nº 13.801, de 26 de dezembro de 2000.

e) Adiantamento ou alteração da data prevista para a prova.

2.1.15.1 O resultado da análise das solicitações de devolução será feito por meio de publicação nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e <www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br>.

2.1.15.2 O valor somente será devolvido se solicitado conforme disposto neste Edital e após análise do Requerimento e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Comissão de Concurso.

2.1.15.2.1 Uma vez deferida a devolução, o candidato receberá, conforme previsto pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, declaração da Comissão de Concurso constando o motivo do pagamento do valor da inscrição que não se efetivou, o que motivara sua devolução.

2.1.15.2.2 Indeferida a devolução cabe ao candidato o direito ao contraditório, exercido por recurso a ser encaminhado à Comissão de Concurso, no prazo e nos termos previstos neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.1.15.3 Nos casos de suspensão deste Concurso Público em que já tenha sido realizada a prova na data prevista, o candidato não terá direito à devolução do valor da inscrição, garantido o contraditório.

2.1.15.4 Nos casos de cancelamento do Concurso Público, mesmo que já tenha sido realizada a prova, o candidato terá direito à devolução do valor da inscrição.

2.1.15.5 O candidato deverá requerer a devolução do valor da inscrição por meio do preenchimento do Requerimento para Devolução da Inscrição que será disponibilizado no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, nos prazos abaixo:

a) em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento do período de inscrições, para os pedidos de devolução nos termos do item 2.1.15, alíneas “a”, “b” e “c”; ou

b) em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do ato de cancelamento, suspensão do Concurso Público ou divulgação da data da prova, para os pedidos de devolução nos termos do item 2.1.15, alíneas “d” e “e”.

2.1.15.6 No Requerimento para devolução do valor da inscrição, o candidato deverá informar os seguintes dados, sob pena de indeferimento, além de anexar cópia de seu documento de identidade e comprovante do pagamento de inscrição:

a) motivação para solicitação da devolução, conforme previsto neste edital;

b) nome completo, número da identidade, do CPF e da inscrição do candidato;

c) nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta;

d) números de telefones, com código de área, para eventual contato;

e) endereço completo, inclusive CEP.

2.1.15.7 Para validade da solicitação, o candidato deverá observar e cumprir os prazos previstos neste Edital.

2.1.15.8 É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor da inscrição, não podendo atribuir à ACADEPOL ou à FGV a responsabilidade pela impossibilidade de devolução, caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

2.1.15.9 O depósito bancário não poderá ser realizado em conta salário ou conta poupança.

2.1.15.10 Nos casos previstos no item 2.1.15, alíneas “d” e “e”, o valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM ou por outro índice que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva devolução.

2.1.15.11 O candidato que não requerer a devolução do valor da taxa de inscrição nos termos estabelecidos neste Edital não poderá requerê-la posteriormente.

2.1.16 A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por solicitação de inscrições não recebidas por falhas de ordem técnica dos computadores dos interessados, de falhas ou interrupção de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento do valor da inscrição, bem como outros fatores alheios à suas responsabilidades que impossibilitem a transferência de dados.

2.1.17 No processamento das inscrições, caso seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pelo sistema de inscrições on-line da FGV pela data e hora de envio do requerimento via Internet. Consequentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

2.2 DA ISENÇÃO DO VALOR DA INSCRIÇÃO: para solicitação de isenção de pagamento do valor da inscrição, o candidato deverá observar rigorosamente as formalidades e condições previstas neste Edital.

2.2.1 O candidato comprovadamente desempregado ou na condição de hipossuficiência econômico-financeira, quando julgar que não dispõe de recursos para o pagamento da inscrição, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, o candidato que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, ou o candidato que seja doador de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 24.261, de 26 de dezembro de 2022, poderá requerer a isenção do pagamento do valor da inscrição exclusivamente das 16h (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de outubro de 2024 até as 16h (horário de Brasília) do dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2024.

2.2.2 O candidato para requerer a isenção do valor de inscrição deverá acessar o endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, no período estabelecido no item anterior, e clicar em “Inscrição”, confirmar e transmitir os dados cadastrados.

2.2.2.1 No “Requerimento de Isenção”, o candidato firmará declaração de que é desempregado, que não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, exceto a proveniente de seguro-desemprego, ou que se encontra em condição de hipossuficiência econômica financeira e que sua situação econômico-financeira não permite pagar o valor da inscrição deste Concurso Público, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

2.2.3 Além dos seus dados, o candidato, para solicitar a isenção na condição de hipossuficiência econômico-financeira, deverá informar seu Número de Identificação Social (NIS) válido atribuído pelo órgão gestor do CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme Decreto Federal nº 6.135, de 26 de Junho de 2007, e suas alterações, após preenchimento, confirmar os dados e clicar em “Solicitar Isenção”.

2.2.3.1 A veracidade das informações prestadas pelo candidato será consultada junto ao órgão gestor do CadÚnico, vinculado ao Ministério da Cidadania, e/ou junto a outros órgãos e entidades públicas, para confirmação da declaração.

2.2.3.2 No caso previsto no item 2.2.3, não é necessário que os candidatos enviem o “Requerimento de Isenção” assinado com o Número do NIS, basta cumprirem o estabelecido no seu preenchimento.

2.2.3.3 O candidato que se julgue enquadrar em outras situações e padrões de hipossuficiência econômico-financeira poderá pleitear a isenção, cabendo exclusivamente a este comprovar a condição, devendo enviar:

a) O “Requerimento de Isenção” assinado, em que o candidato declarará que não dispõe de recursos para o pagamento do valor da inscrição, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família;

b) Cópia da Carteira de Trabalho;

c) Cópia dos 3 (três) últimos contracheques/comprovantes de pagamento.

d) Cópia da Carteira de Identidade e CPF;

e) Outros documentos que porventura julgar necessários.

2.2.4 A condição de desempregado, de acordo com a Lei Estadual nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, será caracterizada pelas seguintes situações:

a) não possuir vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

b) não possuir vínculo estatutário vigente com o Poder Público, nos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal;

c) não possuir contrato de prestação de serviços vigente com o Poder Público, nos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal;

d) não exercer atualmente nenhuma atividade legalmente reconhecida como autônoma.

2.2.4.1 O candidato que se enquadrar na condição de desempregado, após informar e confirmar todos os dados exigidos no “Requerimento Eletrônico de Isenção”, deverá clicar em “Solicitar Isenção”, imprimir o “Requerimento de Isenção”, assiná-lo e enviá-lo à FGV, juntamente com os documentos comprobatórios correspondentes às situações elencadas no item anterior, observado o item 2.2.8.

2.2.4.2 Para comprovar as situações previstas no item 2.2.4, o candidato deverá enviar as declarações correspondentes às respectivas situações, conforme modelos disponibilizados eletronicamente, preenchidas, datadas e devidamente assinadas pelo candidato e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, de acordo com este edital.

2.2.4.2.1 A cópia da CTPS deverá ter, no mínimo, as páginas com a foto, a qualificação civil, a página do último contrato de trabalho; a primeira página em branco subsequente ao último contrato de trabalho com o registro de saída, e outras páginas contendo anotações pertinentes (se houver).

2.2.4.2.2 Caso o vínculo de trabalho do candidato tenha sido registrado em páginas de Anotações Gerais da CTPS, além da cópia desta página e da posterior, seja qual for a informação, o candidato deverá apresentar cópia da página em que foi registrado o último Contrato de Trabalho ou outras informações pertinentes.

2.1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento, a submissão e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos ou erratas, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a integrar o instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.1.2.1 Antes de efetuar o procedimento de inscrição, objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e nos seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2.1.3 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição e isenção. As declarações falsas ou inexatas dos dados constantes no “Requerimento Eletrônico de Inscrição e Isenção”, que comprometerem a lisura do certame, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, civis e administrativas, sendo garantido ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório.

2.1.4 As inscrições deverão ser efetivadas exclusivamente por meio da internet no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

2.1.5 O candidato que tiver dificuldade de acesso à internet poderá efetivar a sua inscrição na sede da ACADEPOL, na Rua Oscar Negrão de Lima, nº 200, bairro Nova Gamelaireira, em Belo Horizonte, e, no interior, nas sedes das Delegacias de Polícia Civil de Minas Gerais, onde encontrará equipamento de informática destinado a este fim, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, exceto nos dias de sábado, domingo e feriado.

2.1.5.1 A liberalidade especificada no item anterior não exige o candidato da responsabilidade pelos dados cadastrais informados no “Requerimento Eletrônico de Inscrição e Isenção” nem do pagamento do valor da inscrição.

2.1.6 Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por outro meio que não os estabelecidos neste Edital e anexos.

2.1.7 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional e extemporânea. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, inscrições condicionadas a outros atos, bem como apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

2.1.8 Para inscrever-se o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) ler atentamente o Edital e seus Anexos, disponíveis nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>;

b) preencher o “Requerimento Eletrônico de Inscrição” que conterá declaração de que se submete a todas as prescrições do presente Edital, especificando, no espaço próprio, o cargo para o qual concorre e seguindo todas as orientações especificadas na tela;

c) confirmar os dados cadastrados, transmitindo-os pela internet;

d) após digitar e enviar os dados, o candidato poderá emitir o “Documento de Arrecadação Estadual – DAE” que contém um código de barras específico para efetuar o pagamento do valor da inscrição. O DAE será emitido em nome do requerente e deverá ser pago até o dia de vencimento nele constante;

e) efetuar o pagamento do valor da inscrição, respeitando o disposto neste Edital, até o dia 21 (vinte e um) de novembro de 2024. A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por eventuais feriados na data limite do prazo de encerramento, que possam dificultar a quitação do valor de inscrição, impedindo sua concretização. Neste caso, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º dia útil que antecede o feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra.

2.1.9 O candidato deverá ter, obrigatoriamente, CPF e cédula de identidade, com número de registro geral, emitida por órgão do Estado de origem, sem o quê a inscrição não poderá ser efetivada.

2.1.10 Por razões técnicas, a impressão do DAE referente ao valor da inscrição será de inteira responsabilidade do candidato.

2.1.10.1 A geração do DAE somente estará disponível durante o período de inscrição.

2.1.10.2 A eventual emissão da 2ª Via do DAE será possível até as 16 horas (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de novembro de 2024, e somente será possível se o candidato tiver concluído a inscrição nos termos do item 2.1.8.

2.1.11 O valor de inscrição no concurso é RS 220,00 (duzentos e vinte reais), que será recolhido, em guia própria (DAE), conforme já especificado.

2.1.12 O valor da inscrição deverá ser recolhido em uma das seguintes agências bancárias, conveniadas com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Mercantil, SICOOB e Bradesco ou em um dos correspondentes Bancários MAIS BB ou Casas Lotéricas.

2.1.13 A inscrição somente se efetivará após o recolhimento do valor de inscrição. A insubsistência do pagamento, por qualquer motivo, acarretará o cancelamento da inscrição.

2.1.13.1 O pagamento do valor da inscrição em documento diferente do especificado neste Edital, por ser considerado inválido, implica o cancelamento da inscrição e não gera o direito de o candidato submeter-se às provas do concurso.

2.1.13.2 A inscrição somente será processada e validada após a confirmação da ACADEPOL e à FGV, pela instituição bancária, do pagamento do valor da inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o “Requerimento Eletrônico de Inscrição” em que o pagamento não for comprovado, feito a menor ou efetuado após a data estabelecida.

2.1.13.3 Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento da inscrição nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas através dos pedidos de isenção do pagamento do valor da inscrição.

2.1.14 A listagem dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas será divulgada nos endereços eletrônicos <acadepol.policiaivil.mg.gov.br> e <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>.

2.1.14.1 Nos casos em que o candidato tiver a inscrição indeferida, especialmente em caso de inconsistência no pagamento do valor da inscrição, deverá se manifestar formalmente por meio de recurso administrativo previsto neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.1.15 Da devolução do valor de inscrição: a importância relativa ao valor da inscrição poderá ser devolvida nas hipóteses de:

a) Pagamento extemporâneo.

b) Pagamento em duplicidade pelo candidato.

c) Pagamento com valor em desconformidade com o do valor da inscrição.

d) Cancelamento ou suspensão do concurso, previstos na Lei Estadual nº 13.801, de 26 de dezembro de 2000.

e) Adiantamento ou alteração da data prevista para a prova.

2.1.15.1 O resultado da análise das solicitações de devolução será feito por meio de publicação nos endereços eletrônicos <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24> e <www.acadepol.policiaivil.mg.gov.br>.

2.1.15.2 O valor somente será devolvido se solicitado conforme disposto neste Edital e após análise do Requerimento e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Comissão de Concurso.

2.1.15.2.1 Uma vez deferida a devolução, o candidato receberá, conforme previsto pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, declaração da Comissão de Concurso constando o motivo do pagamento do valor da inscrição que não se efetivou, o que motivara sua devolução.

2.1.15.2.2 Indeferida a devolução cabe ao candidato o direito ao contraditório, exercido por recurso a ser encaminhado à Comissão de Concurso, no prazo e nos termos previstos neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

2.1.15.3 Nos casos de suspensão deste Concurso Público em que já tenha sido realizada a prova na data prevista, o candidato não terá direito à devolução do valor da inscrição, garantido o contraditório.

2.1.15.4 Nos casos de cancelamento do Concurso Público, mesmo que já tenha sido realizada a prova, o candidato terá direito à devolução do valor da inscrição.

2.1.15.5 O candidato deverá requerer a devolução do valor da inscrição por meio do preenchimento do Requerimento para Devolução da Inscrição que será disponibilizado no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, nos prazos abaixo:

a) em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento do período de inscrições, para os pedidos de devolução nos termos do item 2.1.15, alíneas “a”, “b” e “c”; ou

b) em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do ato de cancelamento, suspensão do Concurso Público ou divulgação da data da prova, para os pedidos de devolução nos termos do item 2.1.15, alíneas “d” e “e”.

2.1.15.6 No Requerimento para devolução do valor da inscrição, o candidato deverá informar os seguintes dados, sob pena de indeferimento, além de anexar cópia de seu documento de identidade e comprovante do pagamento de inscrição:

a) motivação para solicitação da devolução, conforme previsto neste edital;

b) nome completo, número da identidade, do CPF e da inscrição do candidato;

c) nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta;

d) números de telefones, com código de área, para eventual contato;

e) endereço completo, inclusive CEP.

2.1.15.7 Para validade da solicitação, o candidato deverá observar e cumprir os prazos previstos neste Edital.

2.1.15.8 É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor da inscrição, não podendo atribuir à ACADEPOL ou à FGV a responsabilidade pela impossibilidade de devolução, caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

2.1.15.9 O depósito bancário não poderá ser realizado em conta salário ou conta poupança.

2.1.15.10 Nos casos previstos no item 2.1.15, alíneas “d” e “e”, o valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM ou por outro índice que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva devolução.

2.1.15.11 O candidato que não requerer a devolução do valor da taxa de inscrição nos termos estabelecidos neste Edital não poderá requerê-la posteriormente.

2.1.16 A ACADEPOL e a FGV não se responsabilizarão por solicitação de inscrições não recebidas por falhas de ordem técnica dos computadores dos interessados, de falhas ou interrupção de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento do valor da inscrição, bem como outros fatores alheios à suas responsabilidades que impossibilitem a transferência de dados.

2.1.17 No processamento das inscrições, caso seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pelo sistema de inscrições on-line da FGV pela data e hora de envio do requerimento via Internet. Consequentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

2.2 DA ISENÇÃO DO VALOR DA INSCRIÇÃO: para solicitação de isenção de pagamento do valor da inscrição, o candidato deverá observar rigorosamente as formalidades e condições previstas neste Edital.

2.2.1 O candidato comprovadamente desempregado ou na condição de hipossuficiência econômico-financeira, quando julgar que não dispõe de recursos para o pagamento da inscrição, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, o candidato que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, ou o candidato que seja doador de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 24.261, de 26 de dezembro de 2022, poderá requerer a isenção do pagamento do valor da inscrição exclusivamente das 16h (horário de Brasília) do dia 21 (vinte e um) de outubro de 2024 até as 16h (horário de Brasília) do dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2024.

2.2.2 O candidato para requerer a isenção do valor de inscrição deverá acessar o endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24>, no período estabelecido no item anterior, e clicar em “Inscrição”, confirmar e transmitir os dados cadastrados.

2.2.2.1 No “Requerimento de Isenção”, o candidato firmará declaração de que é desempregado, que não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, exceto a proveniente de seguro-desemprego, ou que se encontra em condição de hipossuficiência econômica financeira e que sua situação econômico-financeira não permite pagar o valor da inscrição deste Concurso Público, sem preju